



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 04/2023

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 15/02/2023

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
ANTONIO FRANCISCO COSTA DA SILVA
SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU
LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

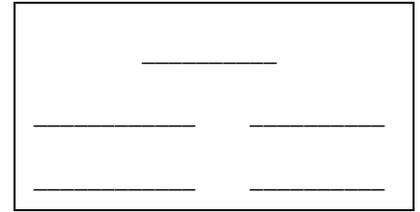
HORA DE ENCERRAMENTO: 18:15 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 09/03/2023

CAIXA.....	6.816,61 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO	52,00€
FUNDO DE MANEIO 5 - JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS.....	1000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA	1.050,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS.....	812,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA	1000,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.374.257,89€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	259.356,90 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	711,06 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	4.984,37€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530-FEDER.....	27.012,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007105850	34.749,79€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007121950	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.025,36€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00011923950	674,24€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00207142150	1.205,20€
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579668.....	223.229,25 €
B.T.A. – CONTA Nº 0018/10814784001	462.466,60 €
C. C. A.– CONTA N.º 0045/40122579743.....	105.651,22 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558.....	40.080,73 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.777,76€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.620.662,35€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.458.273,16 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	162.389,19€

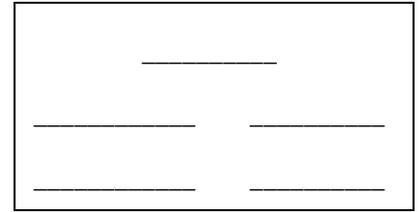


O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão, concretamente Luís Miguel Fialho Duarte, que presidiu; os Vereadores António Francisco Costa da Silva e Luís Miguel Horta Metrogos e as Vereadoras Paula Marise Carracha Panóias Bamond das Neves e Sara Cristina Cupido Carmo Grou. -----

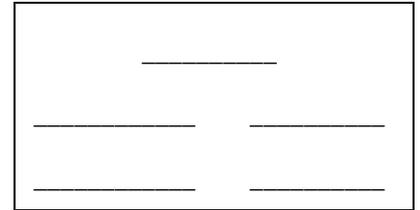
Não se verificou a presença de público. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
3. Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
4. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo; -----
5. Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar; -----
6. Proposta de aprovação do Protocolo de Cooperação no âmbito da Mobilidade Elétrica a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a WOWPLUG, LDA; -----
7. Proposta de abate de documentos, nos termos do Regulamento da Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo; -----
8. Proposta de transferência de verba para a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar (Baile de Finalistas 2023); -----
9. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
10. Proposta de transferência de verba para a Associação G.A.T.A. – Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo; -----
11. Proposta de transferência de verba para a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Quota anual); -----
12. Proposta de submissão à Assembleia Municipal de aprovação do método de imputação das despesas com o pessoal da AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados; -----
13. Proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação do montante mensal a transferir para a AMCAL- Associação dos Municípios do Alentejo Central, no ano de 2023; --
14. Proposta de transferência de verba para a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, durante o ano de 2023; -----



15. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 10 de fevereiro de 2023, que concedeu licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Sociedade União Alcaçovense, para realização de um evento musical, no dia 10 de fevereiro de 2023; ---
16. Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical, organizado por Maria João Calhau Caeiro, a realizar no dia 4 de março de 2023; -----
17. Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical, organizado por Luís Carlos Pataquinho Fadista, a realizar no dia 17 de fevereiro de 2023; -----
18. Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas para realização de evento musical no dia 20 de fevereiro de 2023, promovido pela Sociedade União Alcaçovense; -----
19. Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas para realização de evento musical no dia 20 de fevereiro de 2023, promovido pelo Grupo Associativo de Jovens de Aguiar; -----
20. Proposta de ratificação do despacho de aprovação da adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo e o Município de Viana do Alentejo – Unidade de Saúde de Alcáçovas; -----
21. Proposta de ratificação do despacho de aprovação da adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo e o Município de Viana do Alentejo – Unidade de Saúde de Aguiar; -----
22. Proposta de emissão de licença para a realização de Corso Carnavalesco, no dia 19 de fevereiro de 2023, em Viana do Alentejo, solicitada pela Associação G.A.T.A.- Grupo das Amigas Trianeras do Alentejo; -----
23. Proposta de ratificação do despacho de aprovação do Plano de Segurança e Saúde referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo; -----
24. Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 1, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo; -----
25. Proposta de emissão de parecer prévio favorável à contratação de serviços, em regime de avença, para realização de atividades de apoio à Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos, no âmbito do Setor das Águas; -----
26. Proposta de emissão de parecer prévio favorável à contratação de serviços, em regime de avença, para realização de atividades na Piscina Municipal de Alcáçovas; -----
27. Proposta de aprovação do Caderno de Encargos relativo à Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo-ASA, em Viana do Alentejo; -----



28. Proposta de aprovação do Plano de Segurança e Saúde relativo à Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo-ASA, em Viana do Alentejo; -----
29. Proposta de aprovação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição relativo à Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo – ASA, em Viana do Alentejo; -----
30. Proposta de aprovação do Programa de Concurso relativo à Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo-ASA, em Viana do Alentejo; -----
31. Proposta de abertura de Concurso Público Urgente para adjudicação da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo- ASA, em Viana do Alentejo; -----
32. Proposta de Mapa de Pessoal reformulada após reprovação pela Assembleia Municipal do Mapa apresentado com os Documentos Previsionais para 2023; -----
33. Proposta de ratificação da 3ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
34. Proposta de ratificação da 3ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; ---
35. Proposta de aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, nos termos do artigo 81º da Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2023); -----
36. Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita; -----
37. Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa; -----
38. Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; ---
39. Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

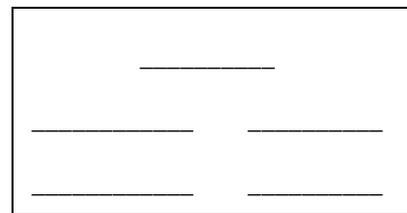
Período de antes da ordem do dia–Nos termos do artigo 52º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. -----

O Senhor Presidente informou que a obra de requalificação da Escola Dr. Isidoro de Sousa está a decorrer dentro da normalidade. Disse ter havido um pequeno atraso na parte da cozinha, embora já esteja ultrapassado, permitindo que a partir de hoje as refeições voltem a ser confeccionadas na cozinha (improvisada) da Escola. -----

O Senhor Presidente informou também ter sido realizada uma reunião com os pais dos alunos que se mostravam preocupados com o facto de, ao ser utilizado o polivalente do Centro Escolar, os alunos ficarem sem esse espaço para se abrigarem nos dias de chuva. -----

Foi-lhes proposta, por parte do Município, a instalação de uma tenda (que já esteve instalada junto ao Centro de Saúde para apoio na vacinação COVID-19), sugestão que aceitaram, pelo que a montagem irá decorrer no próximo fim de semana. -----

Quanto ao Centro Social de Aguiar, disse o Senhor Presidente ter tido uma reunião no local, com a participação do empreiteiro e do engenheiro do Município, parecendo estarem a ser



ultrapassadas algumas divergências. Disse terem chegado hoje os códigos para que o empreiteiro faça o pedido da energia elétrica. -----

O Senhor Presidente referiu-se à apresentação da próxima edição da Romaria a Cavalos, que decorrerá amanhã, às 16 horas, no Santuário de Nossa Senhora D'Aires, desejando que todos os Vereadores estejam presentes, conforme convite enviado. -----

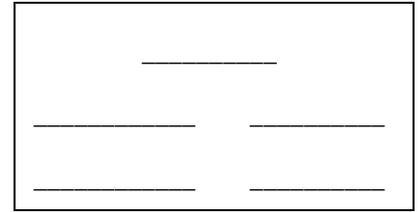
O Senhor Vereador Costa da Silva disse que o convite para a apresentação da próxima edição da Romaria a Cavalos, lhe chegou através de carta registada com aviso de receção, tendo estranhado tanta formalidade. Em seu entender, o envio de um email teria sido suficiente, evitando custos financeiros e ambientais. Acrescentou que talvez isto tenha sido derivado de algum lapso ou de alguma indicação mal percebida, pois não faz qualquer sentido. -----

Na sequência do que já havia referido numa reunião anterior acerca da requalificação da Escola Dr. Isidoro de Sousa, o Senhor Vereador Costa da Silva voltou a realçar a importância da reprogramação física, temporal e financeira do projeto candidatado. Disse que o Senhor Presidente, nessa reunião, afirmou estar convicto de que tudo estava a ser tratado, embora quisesse confirmar com os serviços respetivos e que é na ótica da importância do assunto que hoje volta a referi-lo. -----

O Senhor Presidente, quanto ao envio dos convites através de carta registada, concordou que não faz qualquer sentido, bastando efetivamente um email. -----

Quanto à reprogramação da obra da Escola Dr. Isidoro de Sousa, o Senhor Presidente confirmou que os serviços do Município enviaram todos os elementos para a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e que já foi realizada uma reunião na CCDRA- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, tendo o Município colocado as suas preocupações quanto à possibilidade de se ver ressarcido dos montantes que está a suportar com a obra, para além do que estava previsto. Dado o processo estar em apreciação na CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, não foram criadas quaisquer expectativas nem avançado nada de concreto, disse o senhor Presidente. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse que as candidaturas referentes a Infraestruturas Escolares, como é o caso, nada têm a ver com os projetos em que a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central intervém, tratando-se de "uma candidatura direta ao Alentejo 2020". Assim, a reprogramação da Operação é dirigida ao Alentejo 2020, sendo a questão central o cumprimento dos prazos. Acrescentou que, segundo a informação de que dispõe, as últimas reprogramações estavam decididas a junho de 2023 e que a Autoridade de Gestão do Programa Operacional deu agora "uma data travão" para poderem ser feitas novas reprogramações. Daí que seja necessário efetuar formalmente essa reprogramação temporal, bem como a reprogramação financeira, elencando todos os trabalhos que inicialmente não estavam incluídos, tornando-os elegíveis, ainda que possam não ser participados. Disse este Vereador que este aspeto é particularmente importante pois mesmo que esses trabalhos não sejam participados para já, se um dia houver rateio ou disponibilidade de verbas não utilizadas dos fundos comunitários, o Município poderá vir a receber a verba correspondente a



esses trabalhos ou, pelo menos, 85% da mesma. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva voltou a sublinhar a importância da reprogramação ter sido apresentada atempadamente, na expectativa do Município poder vir a beneficiar de verbas adicionais, em 2024, se o prazo de execução da obra da Escola for cumprido e aproveitando o facto de existirem sempre verbas disponíveis por via dos projetos que não forem executados. ---

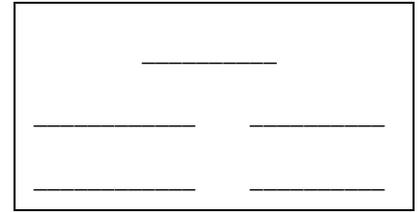
O Senhor Presidente referiu que foi precisamente nessa expectativa que na reprogramação efetuada foram incluídos os pavilhões modulares, na esperança de poderem vir a ser objeto de comparticipação dos fundos comunitários. Acrescentou ter de ser feita uma revisão ao projeto da Escola, sobretudo pelo facto de existirem materiais que foram descontinuados, sendo necessário substituí-los. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que os Vereadores do Partido Socialista, no período de antes da ordem do dia da reunião de hoje, têm apenas uma questão a apresentar, relacionada com um ponto da ordem de trabalhos, que consideram ser o assunto mais importante, concretamente a proposta de mapa de pessoal, a qual está intimamente ligada com a alteração modificativa ao Orçamento. Disse este Vereador considerar importante que este assunto seja discutido antes de se entrar na ordem de trabalhos. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse lamentar profundamente a situação que se está a viver no Município e que lhe é desagradável ter de dizer algumas coisas relativamente às quais é preciso tomar uma posição. Quanto à alteração orçamental que integra o saldo de operações orçamentais que transitou de 2022, constata-se a existência de um desequilíbrio orçamental de quase 800 mil euros, significando isto que no corrente ano de 2023, faltam cerca de 800 mil euros para fazer face a despesas correntes. Acrescentou que se forem gastas todas as dotações inscritas nas diversas rubricas do orçamento da despesa corrente, no final do ano não será cumprida a regra do equilíbrio orçamenta, com violação da Lei. -----

Disse este Vereador que neste contexto é importante recordar alguns aspetos do passado, os quais concorrem para esta situação, designadamente os investimentos que foram “empurrados com a barriga” para este ano e os 370 mil euros que foram pagos à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, pela aquisição de prédios devolutos. Quanto a este último aspeto, que lhe parece o mais gravoso, este Vereador recordou que a deliberação da Câmara foi aprovada apenas com os votos favoráveis da CDU, dado que os Vereadores do Partido Socialista votaram contra e que o Vereador do VIVA abandonou a reunião antes da votação da proposta. Recordou igualmente que o Senhor Presidente, à data, disse que esta verba não iria “fazer falta “quando efetivamente agora se verifica que não é assim pois essa verba “faz falta...e muita!”. -----

Disse este Vereador que o orçamento para 2023, de mais de 13 milhões, apresenta o valor mais alto dos últimos anos e que mesmo assim é insuficiente, situação preocupante e que revela “a natural incapacidade para a gestão”. Disse também que embora em anos anteriores, nesta altura, os orçamentos tenham revelado um desequilíbrio, a verdade é que o montante desse desequilíbrio era menor, passível de correção em sede de execução orçamental, não pondo em causa, no final do ano, o cumprimento do equilíbrio orçamental. Acrescentou que, face a um desequilíbrio de cerca de 800 mil euros, os Vereadores do Partido Socialista têm muita



dificuldade em viabilizar esta alteração que poderá vir a conduzir à violação da Lei. -----

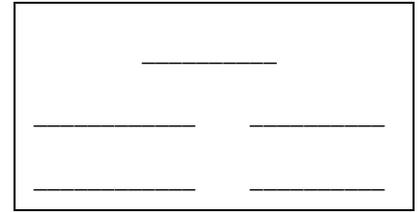
O Senhor Vereador Luís Metrogos disse que em paralelo com a discussão deste assunto, colocase a discussão da proposta de mapa de pessoal, constatando-se que os 39 novos postos de trabalho (ainda que alguns deles respeitem a situações de mobilidade) representam um aumento de mais de um milhão de euros nas despesas com o pessoal em 2024. Disse este Vereador, que em 2022, a despesa com o pessoal em funções foi de 1 747 000,00 €, prevendo-se que em 2023, essas despesas aumentem para 2 185 000,00 € e que em 2024 essas despesas cheguem a 2 667 000,00 €. Considerou que este aumento é muito grande, pois num período de apenas um ano, estas despesas aumentam mais de 50%. -----

Disse ainda este Vereador que embora a proposta de mapa de pessoal tenha sido discutida numa reunião prévia, nessa reunião não havia informação sobre os impactos orçamentais da proposta nem sobre a configuração do orçamento após a integração do saldo da gerência anterior, questões fundamentais para uma análise global. Disse que não existindo maioria neste órgão, é importante chegar a um consenso político para o qual é imprescindível a discussão antecipada dos assuntos, a fim de que não se chegue ao momento da votação sem que tenha havido espaço para a negociação. Neste contexto, os Vereadores terão de votar e fá-lo-ão de acordo com as suas convicções, tendo em conta o futuro do Município e honrando os deveres que têm para com os munícipes deste concelho. -----

Este Vereador realçou que a concretização da proposta de mapa de pessoal apresentada, configuraria um aumento de despesa permanente para o Município, a partir de 2024. -----

Quanto à previsão de mobilidades intercarreiras, disse o Senhor Vereador Luís Metrogos que são os Vereadores do Partido Socialista não irão viabilizar situações em que os trabalhadores não estejam a desempenhar funções compatíveis com o conteúdo da carreira para qual se pretende operar a mobilidade. Acrescentou que esta questão é particularmente importante no caso das mobilidades para a carreira técnica superior, não bastando que os trabalhadores detenham uma licenciatura, pois se não estiverem a exercer funções compatíveis com a carreira de técnico superior, a mobilidade intercarreiras não se pode efetivar. Disse também que neste contexto e tendo em conta os elementos que lhes foram enviados com a descrição das funções executadas pelos trabalhadores, há um caso paradigmático em que as funções exercidas não são funções de técnico superior. -----

Disse o senhor Vereador Luís Metrogos que a questão central desta discussão prende-se com o facto do orçamento “não chegar para isto tudo”. Lembrou que após reprovação do orçamento na Assembleia Municipal, este só voltou a ser objeto de discussão na passada semana, ou seja, cerca de dois meses depois de não ter sido aprovado na Assembleia Municipal. Acrescentou que os Vereadores do Partido Socialista lamentam esta situação, que não têm qualquer interesse em votar contra documentos estruturantes, mas que pretendem discuti-los e negociá-los atempadamente. Disse ainda ser dever de todos os eleitos, a tomada de decisões que salvaguardem o futuro do concelho e que quando a sustentabilidade económica é colocada em causa, os Vereadores do Partido socialista têm muita dificuldade em acompanhar as propostas. O Senhor Vereador Luís Metrogos disse ser importante recordar e sublinhar que, até à presente



data, o Partido Socialista apenas uma vez votou contra um documento estruturante, concretamente o mapa de pessoal de 2023, na Assembleia Municipal. Acrescentou, por isso, que em termos de inviabilização de documentos estruturantes, o Senhor Presidente da Câmara não tem qualquer razão de queixa do Partido Socialista. -----

Este Vereador referiu que a posição dos Vereadores do Partido Socialista sempre foi aberta à negociação, havendo sempre disponibilidade para a colaboração. Assim, não existindo maioria neste órgão, não lhes faz qualquer sentido que documentos desta importância sejam colocados para votação sem qualquer discussão prévia com vista à obtenção de um consenso político. ----

O Senhor Vereador Luís Metrogos realçou que no início deste mandato, o Município tinha uma situação orçamental estável e equilibrada, não sendo isso que atualmente está a acontecer. Assim, disse ser dever dos Vereadores do Partido Socialista não deixar avançar esta situação porque isso pode implicar que no final deste mandato o Município “esteja sufocado” e sem sustentabilidade financeira que permita realizar investimentos no futuro. Nesta sequência, perguntou diretamente ao Senhor Presidente se não achava que o que está a acontecer põe em causa a sustentabilidade financeira do Município e não é bom para o concelho. -----

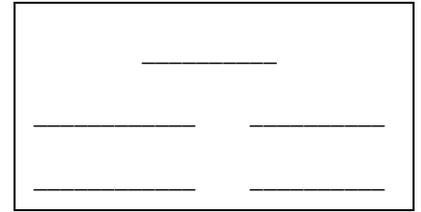
Este Vereador finalizou a sua intervenção referindo que aquilo que está a acontecer é muito grave e que só pode ser evitado se houver negociação prévia, sendo isto que os Vereadores do Partido Socialista pedem. -----

O Senhor Presidente, quanto à intervenção do Senhor Vereador Luís Metrogos, disse que existiu negociação quanto à proposta de mapa de pessoal. Quanto às questões orçamentais, disse tratar-se de questões técnicas e não de questões para serem negociadas. Quanto às mobilidades intercarreiras, disse que também elas se encontram fundamentadas em propostas dos respetivos chefes de divisão. -----

Quanto ao ênfase dado pelo Senhor Vereador Luís Metrogos ao desequilíbrio orçamental, disse o Senhor Presidente que é natural que este Vereador, que integra o executivo pela primeira vez, não tenha presente que em todos os mandatos, nesta altura, houve desequilíbrio orçamental, o qual tem de ser corrigido durante o ano, com uma execução orçamental cuidadosa. -----

O Senhor Presidente sublinhou que o desequilíbrio orçamental, na fase previsional, é recorrente, principalmente nos Municípios com orçamentos pequenos, como é o caso. Quanto à referência feita pelo Senhor Vereador Luís Metrogos à implicação, no desequilíbrio orçamental, da verba despendida na aquisição dos imóveis à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, disse o Senhor Presidente que essa verba representaria apenas cerca de metade do problema (ou nem isso, dado que o montante não foi integralmente pago num ano), continuando a existir o desequilíbrio que tem sido recorrente ao longo dos anos, nesta altura. – O Senhor Presidente disse que o senhor Vereador Luís Metrogos, quando referiu o aspeto do desequilíbrio orçamental, não fez referência ao facto do Município ter recebido novas competências e, por essa via, mais pessoal, com o conseqüente acréscimo de despesas. -----

Quanto à proposta de mapa de pessoal que hoje é apresentada, disse o Senhor Presidente que na realidade, os novos postos de trabalho são apenas seis, pois os restantes derivam da



necessidade de substituição de trabalhadores que se reformaram e de outros que se encontram em mobilidade noutros organismos. Quanto a estes, disse o senhor Presidente que embora os trabalhadores em mobilidade, possam voltar ao Município, o que é certo é que, entretanto, os serviços têm de ser assegurados, não havendo sequer certezas quanto ao regresso dos trabalhadores nessa situação. Acrescentou que o número de postos de trabalho propostos no mapa de pessoal é o mínimo possível e que nem sequer foram consideradas as situações de aposentação que se preveem para breve. -----

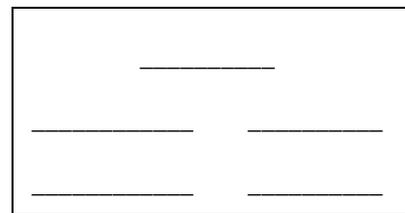
Disse o Senhor Presidente que se consideram que isto é gerir mal, ele não conhece outra forma de gerir. Realçou que “em 33 anos de empresário, nunca teve qualquer problema na sua empresa e conseguiu geri-la sempre sem qualquer dificuldade”. Acrescentou ter consciência de que no Município é preciso ter muito cuidado com a gestão, estando ciente de que “os bons gestores se veem quando não há dinheiro”. Recordou que no ano passado, os Vereadores do Partido Socialista acusaram-no várias vezes que a gestão era de risco e que no final do ano não haveria dinheiro para pagar às pessoas. Contudo, o dinheiro chegou e sobrou porque a gestão foi rigorosa, tal como sucederá no corrente ano porque isso é uma preocupação constante. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, quanto ao número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, disse que os Vereadores do Partido Socialista são sensíveis a algumas necessidades que o Município tem, salientando que a única questão que colocou, foi relativa às mobilidades intercarreiras, frisando que estes Vereadores só viabilizariam essas mobilidades, se os trabalhadores estivessem efetivamente a exercer funções correspondentes à “nova” carreira. -- Este Vereador salientou que a questão principal que se coloca é que o Orçamento não permite acomodar as despesas inerentes ao mapa de pessoal proposto. -----

Ainda quanto ao equilíbrio orçamental, o Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que apesar do cumprimento dessa regra ser aferido no final do ano, o que é certo é que um desequilíbrio atual, na ordem dos 800 mil euros é bastante perigoso e deixa grandes dúvidas quanto à possibilidade da sua correção em sede de execução orçamental. Acrescentou que uma coisa é corrigir 200 ou 300 mil euros e outra coisa é corrigir 800 mil euros em despesas correntes e daí o enfoque que os Vereadores do Partido Socialista dão à questão orçamental, dado que não têm garantias de que a sustentabilidade do Município esteja assegurada. -----

O Senhor Presidente disse não concordar cm a perspetiva do Senhor Vereador Luís Metrogos, dado que dispõe de contas, relatórios e pareceres dos técnicos quanto aos números que constam da proposta de Orçamento, os quais lhe dão confiança e lhe garantem que, à semelhança de anos anteriores, o desequilíbrio vai ser corrigido ao longo do ano. Disse ainda que os montantes do desequilíbrio orçamental ao longo dos anos, não se podem comparar sem ter em conta alguns fatores, nomeadamente a inflação. Acrescentou que a preocupação com a redução das despesas é diária, sendo disso exemplo as medidas que têm sido tomadas a nível da aquisição de bens e serviços. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que está a prejudicar o Orçamento de 2023 são os 800 mil euros da Escola e os 360 mil euros dos pavilhões modulares, importando agora gerir o



que existe e levar a execução do orçamento a bom porto, tal como sucedeu no ano passado. ----
O Senhor Vereador Luís Metrogos, a propósito dos valores que, segundo o Senhor Presidente, “vieram estragar o Orçamento de 2023”, disse que os 370 mil euros empregues num investimento não prioritário, foram “mal gastos”, comprovando-se que essa verba, contrariamente ao que foi dito pelo Senhor Presidente, está a fazer falta. Disse este Vereador não se poder comparar os 370 mil euros gastos em prédios devolutos, com o investimento crucial que está a ser feito na Escola, colocando o ónus neste investimento e fazendo “tábua rasa” das vicissitudes do processo a nível do Tribunal de Contas e dos tempos de pandemia que duraram dois anos. -----

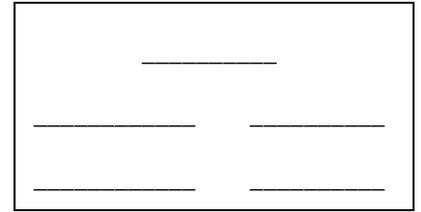
O Senhor Vereador Luís Metrogos, quanto ao facto de o Senhor Presidente ter referido que o documento que reflete a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, é técnico; disse que foi o Senhor Presidente a determinar a distribuição desse saldo pelas diversas rubricas e não os técnicos, pelo que não deve colocar sobre eles qualquer ónus. Acrescentou que no final do ano, quando o Orçamento foi apresentado, o equilíbrio estava assegurado e que agora, ao não se verificar, a responsabilidade é do Senhor Presidente e não dos técnicos, sendo importante não confundir isto. -----

Finalmente, o Senhor Vereador Luís Metrogos salientou que o Senhor Presidente não pode confundir despesas correntes com despesas de capital, dada a sua diferente natureza. -----

O Senhor Presidente disse que não passou o ónus para os técnicos, tendo dito apenas que “as coisas estavam justificadas pelos técnicos”. Disse também o Senhor Presidente que “há uma coisa que tem de ser feita nesta Câmara e que ainda ninguém teve coragem de fazer: temos aqui técnicos que estão a ganhar menos 500 euros por mês e o que vocês estão a fazer, neste caso, é brincar com o bolso das pessoas, pois nestes dois ou três meses que passaram (cada mês a 500 euros), há pessoas que deixaram de receber 1 500 ou 2 000 euros”. Acrescentou “ter muito respeito pelo dinheiro que entra no bolso das pessoas”, não tendo qualquer problema de ter tomado a decisão de querer ver atualizadas as carreiras destas pessoas, situação que considera, no mínimo, justa. -----

Quanto à obra da Escola, disse o Senhor Presidente que “a pandemia ainda continua a servir de desculpa para uma obra que deveria ter terminado em 2020, ano em que começou a pandemia”. Disse também que o facto de não terem sido terminadas outras obras atempadamente, fez com que o atual executivo tenha de pagar revisões extraordinárias de preços (que anteriormente nem sequer estavam previstas na Lei) . Realçou que pelo facto do executivo do Partido Socialista, que anteriormente geriu a Câmara, não ter executado a obra da Escola, não ter terminado o Centro Social de Aguiar, não ter terminado a envolvente à Sra. D’Aires, “o atual executivo está agora a pagar milhares de euros, ao ponto de comprometer algumas coisas do nosso orçamento e não nos deixar defender o nosso programa eleitoral como queríamos, pois temos de pagar as asneiras ou incapacidades anteriores”. -----

O senhor Vereador Luís Metrogos disse que o Senhor Presidente estar a desculpar-se com a gestão do anterior executivo, “é a última bolacha que tinha de sair do pacote!”. Referiu este



Vereador que o Senhor Presidente não se pode estar a desculpar com o anterior executivo pois assumiu um cargo, na sequência de ter sido Vereador nesta Câmara. Assim, tinha conhecimento do respetivo funcionamento, tal como do estado em que as obras se encontravam, ou seja, nada disto era desconhecido para si. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse ainda que contratemos nas obras sempre acontecerão e que em relação à obra da Escola, não é possível apagar o que efetivamente aconteceu: não concessão do visto do Tribunal de Contas, por motivos alheios ao Município e pandemia. Acrescentou que, sendo Vereador à data, o Senhor Presidente assistiu a tudo isto! -----

O Senhor Presidente voltou a sublinhar que à data de início da pandemia, a obra da Escola já deveria estar concluída e não a começar. Quanto ao impasse com o Tribunal de Contas, derivado da falta de declaração de cabimento orçamental dos 7,5% da contrapartida nacional, assumidos pelo Estado; disse o Senhor Presidente que o anterior executivo poderia ter feito o que este executivo fez, assumindo o Município esses 7,5%. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que sendo a obra da Escola um investimento prioritário, não é aceitável que o executivo anterior se tenha encostado à falta de uma declaração do Ministério da Educação indiciando que “não lhe dava jeito avançar, pois efetivamente a obra da Escola é um problema em termos orçamentais, tendo sido deixada uma bela prenda...” -----

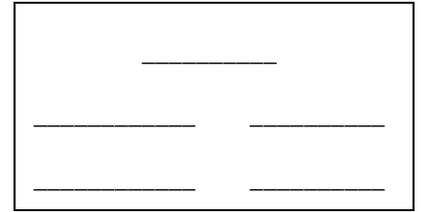
Finalmente, o Senhor Presidente disse ter muito gosto em estar atualmente à frente da Câmara, estando a obra da Escola em execução e acreditando que no final do ano a mesma estará concluída, para satisfação de toda a comunidade escolar. -----

Quanto às matérias que têm vindo a ser abordadas ao longo desta reunião, o Senhor Vereador Costa da Silva disse ser necessário “separar as águas” a fim de que fique bem esclarecida a posição do VIVA, que aqui representa. -----

Começando pelas questões orçamentais, disse este Vereador que o VIVA não se revê e nem se reviu no ano passado, nas perspetivas de Plano de Atividades e Orçamento deste Município e daí que tivesse votado contra. Disse que esta foi uma posição de princípio, dado o Viva não acreditar, nem num modelo de gestão nem num modelo de compromisso, quanto à execução do Orçamento. Sublinhou que esta posição vem do ano passado, está muito bem consolidada e não diferirá muito da posição deste ano, dado que a lógica orçamental é a mesma. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse ainda que, na perspetiva do VIVA, há um conjunto de medidas no âmbito das despesas de capital, sobre as quais existem dúvidas. Recordou que relativamente à situação da Escola não existiram dúvidas, tendo sido aceite o endividamento do Município em 800 mil euros, não tendo, por outro lado, havido concordância quanto ao pedido de empréstimo para a Estrada de São Bartolomeu do Outeiro, por não considerar esta ação prioritária. -----

Quanto à proposta de mapa de pessoal apresentada, o Senhor Vereador Costa da Silva constatou que os números não são os referidos pelo Senhor Presidente. Disse que em 31 de dezembro de 2022, o número de trabalhadores é de 206 e que na projeção para 31 de dezembro de 2023 (após contabilização dos movimentos de entradas e saídas), constam 226 trabalhadores, havendo, portanto, um aumento de 20 trabalhadores e não de 6. Disse também



que na projeção para 31 de dezembro de 2024, constam 230 trabalhadores, constatando-se, portanto, um aumento de mais 4 trabalhadores, totalizando um aumento global de 24 trabalhadores. -----

Disse o Senhor Vereador Costa da Silva que ter 24 trabalhadores a mais, representa um peso orçamental brutal para o Município, que continua a ter lugares em aberto no seu mapa de pessoal pois há trabalhadores em mobilidade noutros organismos, que poderão regressar. -----

Disse ainda este Vereador que tudo isto vai conduzir às contas que ele próprio já tinha feito e que o Senhor Presidente chamou de “desatualizadas”. Voltou a enfatizar o impacto orçamental brutal desta situação, impacto esse “que é para sempre”! -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse que o VIVA está completamente disponível para aceitar as situações relativas a mobilidades intercarreiras, de modo a que os trabalhadores fiquem com as respetivas situações regularizadas e para aceitar que sejam providos os lugares deixados definitivamente vagos, por exemplo por motivo de aposentação. Acrescentou que a proposta de mapa que é apresentada, não evidencia razoabilidade e condiciona o futuro e daí que o VIVA não se sinta confortável para a apoiar.-----

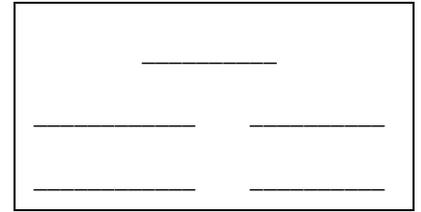
A Senhora Vice-Presidente, relativamente às questões de pessoal, disse que tendo o Município recebido competências nas áreas social, da educação e da saúde, constata-se que não existem pessoas suficientes para afetar a essas áreas e que se os recursos humanos não forem aumentados, não será possível realizar o trabalho que é necessário. -----

O Senhor Presidente acrescentou que o Setor de Pessoal ainda não foi reforçado, pese embora o facto de terem passado para a alçada do Município, cerca de setenta pessoas, por via da transferência de competências. -----

Quanto à opinião manifestada pelo Senhor Vereador Costa da Silva sobre a proposta de mapa de pessoal, o Senhor Presidente realçou que sem contar as situações das mobilidades intercarreiras para permitir as regularizações, as situações de aposentação e as situações dos trabalhadores que se encontram em mobilidade noutros organismos; são poucos os postos de trabalho novos. Disse não compreender onde está o desajuste no mapa de pessoal proposto e perguntou quais são os lugares que a oposição propõe para serem eliminados. Enumerou diversas situações concretas de escassez de pessoal, concorrendo isto para o aumento do trabalho extraordinário, que duplicou no ano passado. -----

Quanto à aquisição dos imóveis à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, este Vereador considerou não existir qualquer problema na forma como foi feita, não originando, na sua perspetiva, um grave impacto no Orçamento. -----

Em relação às despesas correntes, disse o Senhor Vereador Costa da Silva que, uma vez assumidas pelo Município, é muito difícil este livrar-se delas (despesas com contratos de médio prazo, gastos com pessoal, despesas de funcionamento, entre outras) e que foi neste sentido que ao longo do tempo foi alertando. Este Vereador recordou que perante o questionamento, por parte dos vereadores da oposição, de algumas transferências de verba entre rubricas, em sede de alterações orçamentais; o Senhor Presidente argumentava no sentido de que as propostas eram dos técnicos. Posteriormente, disse este Vereador, o procedimento foi alterado



para a forma mais correta, passando o executivo em regime de permanência, a decidir sobre as mudanças orçamentais a propor ao órgão, no âmbito das opções políticas. Acrescentou que aos cinco membros do órgão é que compete tomar decisões políticas sobre o modo como vai ser gasto o dinheiro, designadamente em que tipo de atividades. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse compreender que as questões inflacionistas têm um peso importante, mas não significativo, pois caso contrário assistir-se-ia ao estrangulamento do Orçamento. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva referiu-se à possibilidade de regresso de trabalhadores do Município que se encontram em mobilidade noutros organismos, como por exemplo o Técnico Superior João Antunes, as Assistentes Técnicas Margarida Bento e Janete Coelho, a Assistente Operacional Rosete Sacristão. Referiu-se também este Vereador à possibilidade de regresso de outros trabalhadores do Município que se encontram em comissão e serviço noutros organismos, concretamente os Técnicos Superiores António Pimenta e João Lourenço e a Técnica Superior Mara Marques. -----

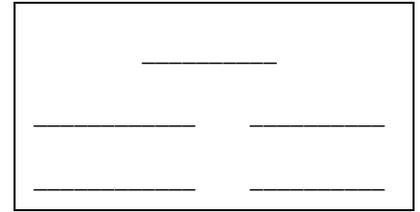
Disse este Vereador que, por outro lado, existem situações de trabalhadores de outros Municípios que se encontram cá em mobilidade, como por exemplo a Técnica Superior Helena Torrão, o Técnico Superior Mário Grave, as Assistentes Técnicas Mariana Chaurilha e Maria Romana, a Assistente Operacional Rosinda Gaio. Assim, disse este Vereador “ver com bons olhos” que, na hipótese de se tornarem definitivas as saídas dos trabalhadores que atualmente estão fora, estes sejam substituídos pelos trabalhadores que não são deste Município, mas que aqui se encontram transitoriamente, ou seja, operando uma “troca por troca”. Acrescentou que também as situações de aposentação devem ser acauteladas, providenciando o provimento dos lugares deixados vagos pelos trabalhadores que se vão aposentando. Contudo, estes mecanismos não gerariam aumento de postos de trabalho pois os novos provimentos decorreriam de substituições. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva admitiu que em casos muito cirúrgicos (e que seriam poucos) poderia fazer sentido criar um ou outro posto de trabalho, mas nunca com a dimensão proposta, pois a lógica deverá ser “sai um trabalhador, substitui-se”. -----

O Senhor Presidente insistiu com os Senhores Vereadores da oposição para que lhe dissessem que postos de trabalho deverão então ser retirados da proposta de mapa. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse que em seu entender a pergunta que deverá ser feita é no sentido de quais os postos de trabalho a acrescentar e nessa perspetiva referiu concordar exclusivamente com os acréscimos nas áreas do urbanismo, da saúde veterinária e da informática, dado o orçamento não comportar a carga de pessoal que é proposta. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos, quanto às mobilidades intercarreiras, sublinhou que a única questão que há pouco referiu foi a discordância quanto a situações em que os trabalhadores, embora detentores de habilitação adequada, não estão a exercer as funções correspondentes à carreira para a qual se operará a mobilidade , nada tendo a opor quanto aos restantes casos. Acrescentou que estas mobilidades até já deveriam ter ocorrido há mais tempo pois as pessoas têm direito ao vencimento compatível com o trabalho que realizam. -----



O Senhor Presidente realçou que isso não é possível com a reprovação do mapa de pessoal e recordou que numa reunião da Câmara, os Vereadores da oposição se abstiveram na respetiva votação e que até à realização da sessão da Assembleia Municipal em que o mapa foi votado, não mostraram qualquer desagrado nem qualquer discordância. Disse que nesse período que mediou entre a reunião da Câmara e a sessão da Assembleia Municipal podiam ter falado sobre o assunto e ele poderia ter reformulado a proposta, submetendo-a novamente à Câmara e só depois, então, à Assembleia Municipal. -----

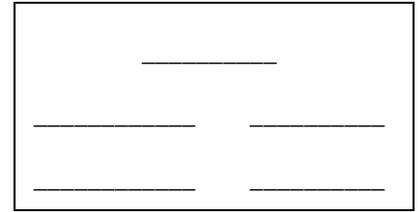
O Senhor Vereador Luís Metrogos recordou que aquando da votação da primeira proposta de mapa de pessoal na reunião de Câmara, os impactos orçamentais dessa proposta só foram conhecidos no próprio dia, não tendo havido tempo de “fazer contas”. Daí que o assunto tenha passado na Câmara (e bem...), tendo sido analisado com mais tempo e com mais elementos pelos membros da Assembleia Municipal, que olharam para os números e fizeram contas, acabando por não deixar passar a proposta. -----

Ainda sobre as mobilidades intercarreiras, o Senhor Vereador Luís Metrogos disse querer ainda clarificar que a situação concreta com a qual os Vereadores do Partido Socialista estão em desacordo, refere-se a uma pessoa que faz apenas a gestão da frota automóvel do Município, propondo-se que opere a mobilidade para a carreira de Técnico Superior. Este Vereador sublinhou que é com esta situação em concreto que não concordam, estando de acordo com todas as outras. Realçou a necessidade de ser feita uma avaliação rigorosa das funções que cada um desempenha, até por uma questão de justiça entre trabalhadores. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos voltou a frisar que a principal questão reside no facto de não haver dinheiro suficiente para a despesa decorrente da proposta de mapa apresentada, considerando que cada novo posto de trabalho representa um custo efetivo e permanente para o Município. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva voltou a sublinhar que a abstenção, na votação do mapa de pessoal na reunião de Câmara, ficou a dever-se à falta de tempo para analisar um documento tão estruturante e daí que o documento tenha sido viabilizado, para poder ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal (havendo a possibilidade desta vir a corrigir essa viabilização). Disse este Vereador ter sido ele próprio que fez as contas e que alertou os eleitos do VIVA na Assembleia Municipal, acerca do impacto orçamental da proposta de mapa de pessoal (superior a 800 mil euros), tendo sido possível a estes, corrigirem a posição que ele havia tomado na reunião da Câmara. -----

Disse também o Senhor Vereador Costa da Silva que o Senhor Presidente é testemunha de que ele não esteve disponível para reuniões de negociação sem ser “aqui neste espaço”. Acrescentou que uma coisa é uma reunião preparatória, na qual o Senhor Presidente apresenta os documentos e a sua perspetiva sobre eles, antes da tomada de decisão e que outra coisa é uma reunião de negociação, a qual, na sua perspetiva, deve ser feita “às claras”, evidenciando o que cada um pensa e quais os motivos pelos quais toma determinadas posições. -----



Ainda a propósito do mapa de pessoal, o Senhor Vereador Costa da Silva reiterou a sua disponibilidade para viabilizar a proposta, desde que ela se circunscreva às situações de mobilidade intercarreiras para regularização das situações profissionais dos trabalhadores e contemple a entrada de três técnicos para áreas muito específicas, sendo sujeita a alterações posteriores, para ajustamentos. -----

Seguiu-se uma longa intervenção do Senhor Presidente, que enumerou os motivos subjacentes à inclusão de cada posto de trabalho na proposta de mapa de pessoal, salientando que uma grande parte dos casos se devem à necessidade de substituição de trabalhadores por motivo de aposentação, por motivo de baixa prolongada e por motivo de alguns trabalhadores terem sido afetos a outros serviços, nomeadamente à recolha de resíduos porta-a-porta. -----

Perante a descrição que efetuou, o senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores da oposição, quais as suas sugestões quanto a eliminação de postos de trabalho, uma vez que, como justificou, todos eles são absolutamente necessários. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos voltou a frisar que a proposta de mapa de pessoal apresentada tem de estar suportada numa alteração orçamental adequada, situação que não se verifica, tendo em conta o desequilíbrio orçamental na ordem dos 800 mil euros. -----

O Senhor Presidente referiu que as despesas correntes relativas às iniciativas municipais já foram reduzidas, não sendo, contudo, sua intenção, deixar de as realizar. -----

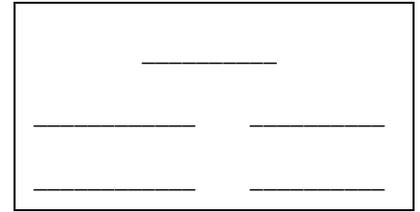
A este propósito, o Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que “a vida municipal não é feita só de festas, sendo que o mais importante são os investimentos e daí que tenha de existir equilíbrio na gestão”. Acrescentou que a decisão de “efetuar cortes” caberá sempre ao Senhor Presidente, competindo-lhe fazer opções, dado que o Orçamento não comporta tudo... -----

O Senhor Vereador Costa da Silva voltou a frisar que a proposta do VIVA, em matéria de mapa de pessoal, é fácil de sintetizar: À exceção da criação de três postos de trabalho para as áreas já referidas (urbanismo, veterinária e informática), não deverá haver aumento do número de postos de trabalho, devendo cada pessoa que entra, ser para substituir outra que sai. Assim, a criação de lugares para os trabalhadores de outros organismos que se encontram em mobilidade neste Município, só deverá ocorrer à medida que se forem consolidando, noutros organismos, as mobilidades dos trabalhadores deste Município que lá se encontram. -----

A este propósito, o Senhor Presidente fez notar que as áreas funcionais dos trabalhadores deste Município que se encontram em mobilidade noutros organismos, são diferentes das áreas funcionais das pessoas de outros organismos que se encontram em mobilidade neste Município.

O Senhor Vereador Costa da Silva, quanto a isto, fez notar que na base estão opções de gestão quanto às áreas funcionais das mobilidades que, quaisquer que sejam, geram impactos orçamentais.-----

A Senhora Vice-Presidente recordou, mais uma vez, que o Município aceitou as competências nas áreas social, da educação e da saúde, sendo que principalmente para as áreas social e da saúde, o Município está com muita dificuldade em matéria de pessoal. -----



O Senhor Vereador Costa da Silva disse compreender as limitações e que é por esse motivo que alguns Municípios estão a interpor ações contra o Governo (sendo exemplos o Porto e Vila Nova de Gaia), dado que “a fatura com que se defrontam para pagar, é superior ao montante que foi negociado”. Disse ainda este Vereador que é perfeitamente incompreensível que, por exemplo na área da Educação, os Municípios, que pagam os vencimentos ao pessoal operacional, não tenham autonomia para fazer a gestão desse pessoal. Acrescentou que esta situação, que condiciona os orçamentos municipais, deve levar os Municípios a protestar de forma agregada, tendo em conta que foram enganados nas negociações. -----

O Senhor Presidente disse que em termos de aceitação de competências na área da saúde, nem sequer existiu negociação e daí que alguns Municípios estejam a tentar devolver essas competências. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva recordou o caso do Município de Évora, que há uns anos devolveu as competências na área da educação porque vinha a ser sistematicamente enganado pelo Estado. -----

Disse este Vereador que não pode concordar com uma posição passiva do Município quando não é cumprido aquilo que foi acordado. A este propósito, voltou a manifestar a opinião (como fez há um ano) de que o Município de Viana do Alentejo devia agir judicialmente contra o Estado por este não ter cumprido o acordo de assumir 7,5% do montante da contrapartida nacional da obra da Escola Dr. Isidoro de Sousa. Acrescentou que sendo reconhecida por todos a importância da obra de requalificação da Escola, houve concordância quanto ao esforço do Município para acelerar o processo. Contudo, é inaceitável que o Estado não cumpra os seus deveres “e roube o Município em 7,5%”, não podendo este deixar de agir. -----

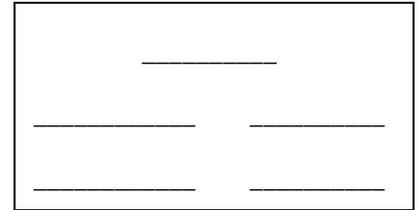
O Senhor Vereador Luís Metrogos, quanto à intervenção do Senhor Vereador Costa da Silva, disse que os Vereadores do Partido Socialista sempre defenderão os interesses do Município e que se porventura alguma vez esses interesses colidirem com os do poder central, sempre se sobreporão os interesses locais. -----

O Senhor Presidente, pensando nas consequências das decisões que forem tomadas no âmbito das votações dos pontos da ordem de trabalhos, realçou que o Município só poderá adquirir o terreno para a Zona Industrial de Aguiar se o saldo da gerência anterior for incluído no Orçamento, pois caso contrário “perderá aquele negócio”, cabendo a cada um assumir as suas responsabilidades. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que “não é bom deixar as coisas para a última hora”, recordando ter sido adiada a reunião extraordinária que esteve perspectivada e conduzindo a que “estejamos agora a trabalhar em cima do joelho”. -----

O Senhor Presidente disse que se está a trabalhar com as pessoas que existem, não sendo possível exigir mais! -----

Disse o Senhor Vereador Luís Metrogos que a questão do mapa de pessoal colocou-se, pela primeira vez, há dois meses e poderia ter sido “negociada “na semana seguinte, sendo que o Senhor Presidente só voltou a trazer o assunto à Câmara, na semana passada. -----



O Senhor Presidente voltou a dizer que essa questão poderia ter sido “negociada “antes de ir à Assembleia Municipal... -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos realçou que é ao Senhor Presidente que compete ser o promotor das “negociações”. -----

O Senhor Presidente, a este propósito, disse que só falta ser responsabilizado pela situação em que se encontra o mapa de pessoal. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos perguntou ao Senhor Presidente de quem era então essa responsabilidade tendo este respondido que “é dos partidos que o reprovaram”. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse ao Senhor Presidente que ele não sabe viver em democracia, pondo em causa a legitimidade dos representantes dos partidos para poderem votar como entenderem. Acrescentou que se o Senhor Presidente não souber viver em democracia e uma vez que não tem maioria, a gestão do mandato vai ser difícil até ao fim! -----

O Senhor Presidente disse ao Senhor Vereador Luís Metrogos que não é ele que lhe vai dar lições de democracia, tendo de “passar mais uns aninhos”. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse que o facto do Senhor Presidente ser mais velho não é determinante pois já o seu avô dizia que “os chaparros crescem e as azinheiras minguem...” -----

Disse o Senhor Presidente que o Senhor Vereador Luís Metrogos não esta a dar provas de que tenha aprendido algumas coisas com o avô! -----

-Tendo o Senhor Vereador Costa da Silva perguntado como ficaria o assunto que tem vindo a ser discutido, o Senhor Presidente respondeu que constando o mesmo da ordem de trabalhos, quando lá se chegar, será votado. -----

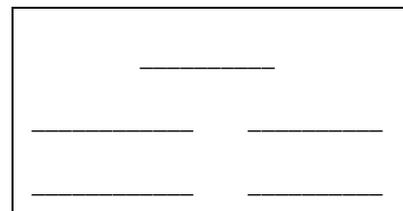
Passou-se de seguida à ordem de trabalhos:

Ponto um)Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

Ponto dois) Informação sobre a Atividade da Câmara – A Câmara tomou conhecimento da atividade realizada entre 28 de janeiro e 10 de fevereiro de 2023:-----

Entre 27 e 29 de janeiro, o técnico Germano Fernandes, representou o Município de Viana do Alentejo no Encontro Anual de Técnicos de Turismo, realizado no concelho de Odemira, organizado pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo. Promover a troca de experiências e saberes, incentivar o convívio e a partilha e motivar os profissionais que diariamente contribuem para a promoção e afirmação dos destinos Alentejo e Ribatejo, foram alguns dos objetivos deste encontro. -----

No dia 28 de janeiro, o Presidente da Câmara, a convite do Grupo Motard “Os Xananas” de Viana do Alentejo, esteve presente no almoço comemorativo do seu 18.º aniversário. À noite, esteve presente na sessão solene do 138.º aniversário da Sociedade União Alcaçovense e da tomada de posse dos novos órgãos sociais. -----



No dia 30 de janeiro, o chefe de gabinete do Presidente da Câmara e a técnica Tânia Delgado, estiveram reunidos na ARH Alentejo – Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, em Évora, com a diretora de Operação das Águas Públicas do Alentejo, Ângela Valadas; o coordenador de Gestão de Origens das Águas Públicas do Alentejo, Nuno Correia; e André Matoso, Rui Sequeira e Maria do Rosário Forra, da ARH Alentejo, a propósito do funcionamento da ETAR Alcáçovas Sul. -----

Esta reunião teve como objetivo analisar a situação atual e futura da ETAR, tendo em vista o cumprimento das normas de descarga do efluente final, previstas na legislação aplicável e, sobretudo, a não afetação da qualidade do meio hídrico recetor. -----

Desde 2015 que a ETAR de Alcáçovas Sul não dispõe de Licença de Rejeição de Águas Residuais no meio hídrico tendo apresentado, desde essa altura, problemas de funcionamento, uma vez que o efluente final não cumpre as normas de descarga das águas residuais, definidas na legislação aplicável. A esta ETAR afluí também efluente de origem industrial, com origem numa agroindústria de processamento de pimentão, verificando-se que os resultados de autocontrolo demonstram sistematicamente problemas de mau funcionamento. -----

O Município de Viana do Alentejo encontra-se a trabalhar conjuntamente com a ARH - Alentejo – Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, as Águas Públicas do Alentejo e com os industriais, no sentido de resolver a situação. -----

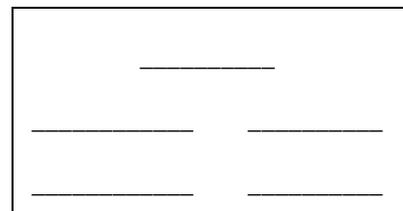
No mesmo dia, a Vice-Presidente da Câmara, a Secretária do gabinete de apoio à vereação e as técnicas do Município Helena Torrão e Sandra Pereira, reuniram com a Presidente da ARS Alentejo, Filomena Mendes, e a sua equipa, no âmbito da comissão de acompanhamento da transferência de competências na área da saúde. -----

Entre outros assuntos, falou-se do projeto do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, do concurso médico e da entrega da viatura elétrica, cujo concurso se encontra atrasado. -----

No dia 31 de janeiro, o chefe de gabinete do Presidente da Câmara, esteve presente na sessão pública de discussão e reflexão “Roteiro de uma Agenda para o Turismo do Interior”, realizada no Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, em Évora, que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Évora, Carlos Pinto de Sá; do Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, Vítor Silva; e do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda. -----

Também no dia 31 de janeiro, o Município de Viana do Alentejo esteve presente na primeira reunião de parceiros, promovida pela European Network of Places of Peace (ENPP), no âmbito do Projeto ERAMUS + YouthVoices4Peace, que teve lugar no Colégio do Espírito Santo, na Universidade de Évora. O projeto visa promover uma relação de proximidade entre os jovens, promover a defesa de uma cultura de paz e fomentar o pensamento crítico. -----

Na reunião que serviu para discutir a calendarização de atividades e os conteúdos deste projeto, para além do presidente da ENPP, Eduardo Basso, estiveram como representantes dos parceiros do projeto, a técnica Edite Sousa Padeirinha, do Município de Viana do Alentejo; as técnicas Ana Basaloco e Sílvia Cuco, do Município de Estremoz; Sónia Cabeça, responsável do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, e o Prof. Dr. Silvério Rocha e Cunha, em representação da



Universidade de Évora. -----

Seguidamente decorreu, no mesmo local, a cerimónia pública de apresentação do projeto. -----

No dia 2 de fevereiro, a Vice-Presidente da Câmara procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na Delegação dos Serviços Municipais, em Alcáçovas. -----

Durante a tarde, o Presidente da Câmara procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho. -----

No dia 3 de fevereiro, a convite do Ministério da Administração Interna, do Ministério da Coesão Territorial e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o técnico do Gabinete Florestal do Município, Bruno Lagarto, esteve presente, no edifício da CCDR Alentejo, na reunião que contou com a presença do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro. Foi abordado o tema da Prevenção de Incêndios Rurais, seguindo-se a apresentação dos fundos europeus disponíveis em matéria de proteção civil. -----

O encontro inseriu-se no ciclo de reuniões de modo a “Preparar o verão no inverno”, para, entre outros objetivos, sensibilizar os municípios para a limpeza das faixas primárias de combustível. -----

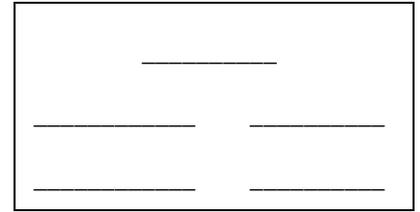
No dia 4 de fevereiro, o Presidente da Câmara esteve presente no quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, onde teve lugar a cerimónia de apresentação da nova ambulância de socorro e a cerimónia de promoção na carreira de alguns elementos da corporação. -----

No mesmo dia, em representação do Presidente, o chefe do seu gabinete esteve presente, a convite da Direção Regional de Cultura do Alentejo, da Diretora da Biblioteca Municipal de Évora e da Reitora da Universidade de Évora, na inauguração da exposição “Estrela Faria Reencontro”, patente na Galeria de Exposições da Casa de Burgos e na Biblioteca Pública de Évora. -----

No dia 5 de fevereiro, o Presidente da Câmara, a convite da A.M.Ar.T Alcáçovas, foi júri da 3ª Prova Gastronómica de Alcáçovas, que se realizou no Pavilhão do Sport Club Alcaçovense, por ocasião do 11º Aniversário do Grupo Cavaquinhos do Alentejo. -----

No dia 6 de fevereiro, o Presidente da Câmara e a Secretária do gabinete de apoio à vereação, estiveram presentes na inauguração da Exposição de Artesanato, promovida pela Associação Terras Dentro, no âmbito de um projeto desenvolvido em parceria com a CIMAC, enquadrada nas ações de inclusão pela cultura no Alentejo Central – Vertente Produção Artesanal RecriArte, que esteve patente no Cinetatro Vianense, entre os dias 6 e 10 de fevereiro. -----

No dia 8 de fevereiro, o Presidente da Câmara, a Vice-Presidente da Câmara e a técnica do Município, Helena Torrão, reuniram com os representantes dos encarregados de educação a seu pedido, e com o diretor do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, Vítor Vilela, a fim de resolver assuntos referentes à obra a decorrer na escola, mais precisamente sobre questões relacionadas com o local onde os alunos podem permanecer nos intervalos, nos dias de chuva. -



No dia 9 de fevereiro, a Vice-Presidente da Câmara procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na Delegação dos Serviços Municipais, em Alcáçovas. -----

De tarde, o Presidente da Câmara procedeu ao habitual atendimento aos munícipes no edifício dos Paços do Concelho. -----

No mesmo dia, o Presidente da Câmara, o chefe do seu gabinete e a técnica do Município, Vanda Viriato, estiveram presentes na CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em Évora, onde foi abordada a execução física e financeira dos projetos em curso. -----

No dia 10 de Fevereiro, o Presidente da Câmara, o seu adjunto, a Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, a Secretária e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e a Presidente e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Alcáçovas, reuniram no edifício dos Paços do Concelho, com o capitão Ricardo Pasadas e o sargento João Fadista, do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana, que fizeram o ponto de situação das suas ações no Concelho. -----

Relativamente à informação sobre a atividade da Câmara, a Senhora Vereadora Sara Grou perguntou se na reunião realizada com a Dra. Filomena Mendes, Presidente da ARS Alentejo, foi obtida alguma informação sobre a existência de algum médico que se tenha candidatado para o Centro de Saúde de Viana. Caso não exista qualquer candidato, perguntou esta Vereadora o que é que poderá ser feito para “alavancar” a vinda de um médico para o concelho. -----

Quanto à reunião realizada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no dia 3 de fevereiro, na qual foram dados a conhecer os fundos disponíveis em matéria de proteção civil, a Senhora Vereadora Sara Grou perguntou quais são esses fundos, a que se destinam e quais as tipologias de investimentos de que este concelho poderá beneficiar. Quanto à reunião realizada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no dia 9 de fevereiro, perguntou a Senhora Vereadora Sara Grou qual o ponto de situação dos projetos deste Município e qual ou quais “vão ser abandonados”, para além do projeto relativo à eficiência energética do Paço dos Henriques. -----

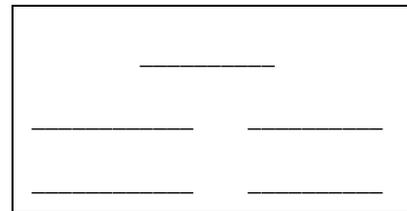
Dado que foi recentemente aumentado o contingente da GNR, perguntou a Senhora Vereadora Sara Grou quais os resultados da reunião realizada no dia 10 de fevereiro, com as forças de segurança, principalmente no tocante à criminalidade no concelho.-----

Quanto às questões colocadas pela Senhora Vereadora Sara Grou, o Senhor Presidente referiu que não está preparado para responder, de momento, à que se refere à reunião realizada na CCDRA, relativa à Proteção Civil, remetendo esses esclarecimentos para mais tarde. -----

Quanto às demais questões, o Senhor Presidente disse que o único projeto “que caiu” foi o da eficiência energética, dado não ser vantajoso para o Município. -----

Disse também que a reunião com as forças de segurança foi essencialmente de caráter informativo sobre ocorrências no concelho, tendo sido transmitido que “não estamos num concelho perigoso”. -----

Quanto à matéria da segurança no concelho, o Senhor Vereador Costa da Silva disse que nos últimos tempos se tem assistido a uma melhoria significativa em Alcáçovas, designadamente



com a presença de mais militares da GNR e com menos casos problemáticos, comparativamente com os que existiam há cerca de um ano. Saliou que mesmo após as 17 horas, verifica-se que existem militares no posto, representando isto uma melhoria bastante significativa, sendo desejável que assim continue. -----

Quanto à reunião realizada com a Dra. Filomena Mendes, Presidente da ARS Alentejo, disse a Senhora Vice-Presidente que na data em que a mesma ocorreu, ainda decorria o concurso para a colocação de médicos. Disse ter sabido posteriormente que o concurso, para Viana do Alentejo, tinha ficado deserto. Acrescentou que há intenção de pedir uma reunião para análise desta situação e para se equacionarem eventuais soluções. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou elogiou a ação que o Sargento João Fadista tem desenvolvido, certamente sedimentada no conhecimento do respetivo território. Disse que a permanência de militares da GNR no posto de Alcáçovas e um maior patrulhamento, exercem uma função dissuasora de atos de criminalidade, sendo motivo para endereçar os parabéns ao referido comandante. -----

Quanto à questão da falta de médicos no concelho, disse esta Vereadora que a questão é realmente bastante preocupante. -----

O Senhor Presidente lamentou que apesar dos esforços que o Município tem feito, no sentido de prestar toda a colaboração, ainda não tenha sido possível resolver este problema, que infelizmente é comum a todo o país. -----

Ponto três) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso –Ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo e nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso do munícipe Francisco José Santos Pereira, residente em Viana do Alentejo. -----

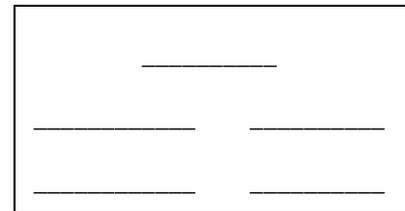
Ponto quatro) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo –

Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Contrato- Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo, no montante de 1 650,00 € (mil seiscentos e cinquenta euros), a vigorar entre 16 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2024. -----

Ponto cinco) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar- Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir os seguintes subsídios no âmbito da Ação Social Escolar: -----

-À aluna Jasmim Pereira Falé, a frequentar o ensino pré-escolar em Viana do Alentejo, subsídio de almoço, escalão A; -----

-Ao aluno Tomás Pereira Cardoso, a frequentar o 1º ciclo do ensino básico em Viana do Alentejo, subsídio de almoço e viagens de estudo, escalão A -----



Ponto seis) Proposta de aprovação do Protocolo de Cooperação no âmbito da Mobilidade Elétrica a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e a WOWPLUG, LDA-

Relativamente a esta proposta de Protocolo, o Senhor Vereador Luís Metrogos deixou uma nota positiva, sugerindo que o modelo genérico apresentado, seja adaptado à realidade deste Município. Este Vereador solicitou que lhe seja dada informação sobre os locais em que serão instalados os postos de carregamento dos veículos elétricos. -----

Quanto aos locais de instalação dos postos de carregamento, o Senhor Presidente informou que estão previstos os seguintes: -----

-Em Aguiar, um posto no parque de estacionamento existente à entrada da localidade, no sentido Évora-Aguiar; -----

- Em Viana do Alentejo, um posto junto à praça de táxis que se encontra quase em frente da Biblioteca Municipal e outro posto junto à Escola Dr. Isidoro de Sousa; -----

- Em Alcáçovas, um posto na zona da Escola/Piscinas e outro posto na zona de passagem da Estrada Nacional 2. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva disse nada ter a opor às localizações referidas, considerando bastante positiva a ideia de um dos postos se vir a localizar no trajeto da Estrada Nacional 2. -----

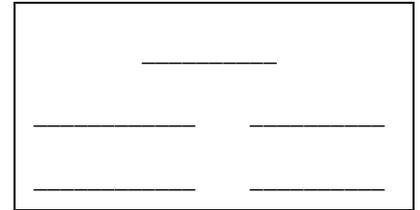
Quanto à localização do posto de carregamento em Aguiar, o Senhor Vereador Luís Metrogos, sem discordar do local referido pelo Senhor Presidente, sugeriu que seja ponderada a hipótese de localização na zona do Centro Social/posto de abastecimento de combustível. -----

A **Ponto sete) Proposta de abate de documentos, nos termos do Regulamento da Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo-** Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social e ao abrigo do Regulamento da Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo, a Câmara deliberou por unanimidade autorizar o abate dos livros constantes da relação elaborada pela Técnica Superior Elsa Janeiro, datada de 9 de fevereiro de 2023. -----

Ponto oito) Proposta de transferência de verba para a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar (Baile de Finalistas 2023)- Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar, a importância de 600,00 € (seiscentos euros) como comparticipação nas despesas de realização do Baile de Finalistas de 2023). -----

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais- Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para o Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo, a importância de 603,00 € (seiscentos e três euros), relativa ao segundo, terceiro e quarto trimestres de 2022. -----

Ponto dez) Proposta de transferência de verba para a Associação G.A.T.A. – Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo – Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a



Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação G.A.T.A.-Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo, a importância de 400,00 € (quatrocentos euros) como comparticipação nas despesas de comemoração do seu aniversário. -----

Ponto onze) Proposta de transferência de verba para a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Quota anual) – Nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a importância de 240,00 € (duzentos e quarenta euros), correspondente à quota de 2023. -----

Ponto doze) Proposta de submissão à Assembleia Municipal de aprovação do método de imputação das despesas com o pessoal da AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados- A Câmara deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal a proposta de que a imputação das despesas com o pessoal da AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central aos Municípios associados, seja efetuada através da população. -----

Ponto treze) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da aprovação do montante mensal a transferir para a AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central, no ano de 2023- A Câmara deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal a proposta de aprovação do montante mensal a transferir para a AMCAL-Associação de Municípios do Alentejo Central, no ano de 2023, concretamente 2 000,00 € (dois mil euros). -----

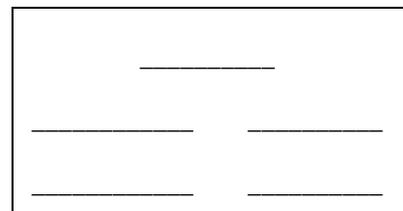
Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, durante o ano de 2023 – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, durante o ano de 2023, a comparticipação mensal de 10 588,44 € (dez mil quinhentos e oitenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos).-----

Ponto quinze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente datado de 10 de fevereiro de 2023, que concedeu licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Sociedade União Alcaçovense, para realização de um evento musical, no dia 10 de fevereiro de 2023 – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente de 10 de fevereiro de 2023, que concedeu licença especial de ruído à Sociedade União Alcaçovense e isenção do pagamento da respetiva taxa, para realização de um evento musical no referido dia. -----

Ponto dezasseis) Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical, organizado por Maria João Calhau Caeiro, a realizar no dia 4 de março de 2023 – A Câmara deliberou por unanimidade conceder licença especial de ruído a Maria João Calhau Caeiro, para realização de um evento musical no bar das Piscinas Municipais de Viana do Alentejo, no dia 4 de março de 2023. -----

Ponto dezassete) Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical, organizado por Luís Carlos Pataquinho Fadista, a realizar no dia 17 de fevereiro de 2023- A Câmara deliberou por unanimidade conceder licença especial de ruído a Luís Carlos Pataquinho Fadista , para realização de um evento musical no bar Spectu's, em Viana do Alentejo, no dia 17 de fevereiro de 2023. -----

Ponto dezoito) Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas para realização de evento musical no dia 20 de fevereiro de 2023, promovido pela Sociedade União Alcaçovense – A Câmara deliberou por unanimidade conceder licença especial de ruído à Sociedade União Alcaçovense e isenção do pagamento da respetiva taxa, para



realização de um evento musical no dia 20 de fevereiro de 2023. -----

Ponto dezanove) Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas para realização de evento musical no dia 20 de fevereiro de 2023, promovido pelo Grupo Associativo de Jovens de Aguiar - A Câmara deliberou por unanimidade conceder licença especial de ruído ao Grupo Associativo de Jovens de Aguiar e isenção do pagamento da respetiva taxa, para realização de um evento musical no dia 20 de fevereiro de 2023. -----

Ponto vinte) Proposta de ratificação do despacho de aprovação da adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo e o Município de Viana do Alentejo – Unidade de Saúde de Alcáçovas – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente de 30 de janeiro de 2023, que aprovou a Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Viana do Alentejo e a Administração Regional de Saúde do Alentejo, acerca da Unidade de Saúde de Alcáçovas. -----

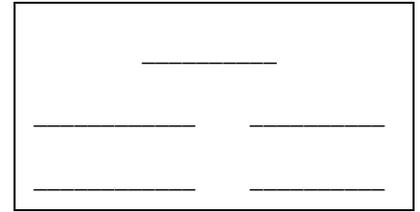
Ponto vinte e um) Proposta de ratificação do despacho de aprovação da adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo e o Município de Viana do Alentejo – Unidade de Saúde de Aguiar - A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente de 30 de janeiro de 2023, que aprovou a Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Viana do Alentejo e a Administração Regional de Saúde do Alentejo, acerca da Unidade de Saúde de Aguiar. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de emissão de licença para a realização de Corso Carnavalesco, no dia 19 de fevereiro de 2023, em Viana do Alentejo, solicitada pela Associação G.A.T.A.- Grupo das Amigas Trianeras do Alentejo – A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de emissão de licença para a realização do curso carnavalesco, em Viana do Alentejo, promovido pela Associação G.A.T.A.-Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo, no dia 19 de fevereiro de 2023. -----

Ponto vinte e três) Proposta de ratificação do despacho de aprovação do Plano de Segurança e Saúde referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do Senhor Presidente de 30 de janeiro de 2023, que aprovou o Plano de Segurança e Saúde referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 1, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo – O Senhor Presidente informou que este ponto da ordem de trabalhos não será discutido por inexistência de documento. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de emissão de parecer prévio favorável à contratação de serviços, em regime de avença, para realização de atividades de apoio à Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos, no âmbito do Setor das Águas – Foi apresentada a proposta de emissão de parecer prévio favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços na modalidade de avença, com Ana Margarida Neves Monte, para apoio à Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos, nas leituras dos contadores de água no concelho e entrega de faturas, pelo período de cinco meses, com uma prestação mensal de 1 200,00 € (mil e duzentos euros), nos termos do artigo 32º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em conjugação com o artigo 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----



O Senhor Vereador Luís Metrogos, relativamente a este ponto e ao seguinte, disse saber que ambos os trabalhadores se encontram a exercer atividades desde janeiro. Perguntou como lhes será paga a retribuição desse mês, uma vez que só agora o pedido de parecer prévio é submetido à Câmara. Perguntou também quais os motivos deste atraso e se efetivamente estas duas pessoas trabalharam no mês de janeiro. -----

O Senhor Presidente disse não saber ainda como irá resolver a questão do pagamento do mês de janeiro e quanto ao facto da proposta não ter sido submetida à Câmara, mais cedo, disse ter tido algumas dúvidas quanto à obrigatoriedade desta submissão e que enquanto não esclareceu essas dúvidas, não trouxe o assunto. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos realçou que este adiamento na submissão do assunto à Câmara, implicou que os dois trabalhadores em causa não tivessem recebido o vencimento do mês de janeiro. -----

O Senhor Presidente voltou a referir que por enquanto não tem resposta para isso. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos insistiu e perguntou ao Senhor Presidente se as pessoas trabalharam ou não no mês de janeiro. -----

O Senhor Presidente voltou a referir não ter resposta, de momento. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos advertiu para a necessidade de ser eventualmente reparada a situação destes trabalhadores, relativamente ao mês de janeiro. -----

A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável relativamente a esta contratação de serviços em regime de avença. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de emissão de parecer prévio favorável à contratação de serviços, em regime de avença, para realização de atividades na Piscina Municipal de Alcáçovas -

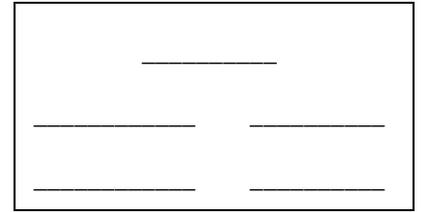
Foi apresentada a proposta de emissão de parecer prévio favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços na modalidade de avença, com Nelson José Arcadinho Caeiro, para apoio à Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos, na Piscina Municipal de Alcáçovas, pelo período de cinco meses, com uma prestação mensal de 1 227,60 € (mil duzentos e vinte e sete euros e sessenta cêntimos), nos termos do artigo 32º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em conjugação com o artigo 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos deu como reproduzida a sua intervenção do ponto anterior. -----

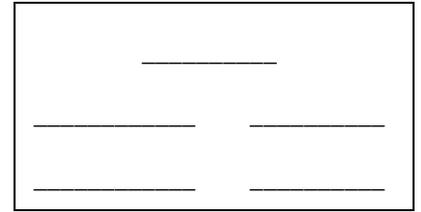
A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável relativamente a esta contratação de serviços em regime de avença. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de aprovação do Caderno de Encargos relativo à Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo-ASA, em Viana do Alentejo -

_____	_____
_____	_____



Disse o Senhor Vereador Luís Metrogos que o assunto que pretende abordar de seguida é “mais sério e preocupante”, prendendo-se com as obras que estão a ser realizadas na Praça da República, em Viana do Alentejo. Disse este Vereador que os Vereadores do PS foram completamente surpreendidos com a intervenção que está a ser realizada, não tendo havido qualquer comunicação e desconhecendo-se que exista qualquer projeto para o que está a ser feito. Disse este Vereador que a intervenção que está a ser realizada traduz-se numa redução do tamanho da Praça dado que os blocos de pedra que delimitam o seu perímetro, estão a ser colocados “mais para dentro”. Acrescentou que numa altura em que os centros históricos devem ser vividos pelas pessoas a pé, está-se a privilegiar o trânsito automóvel. Disse ainda este Vereador que a Praça central de Viana precisa de dinamização sendo que a intervenção em curso vai em sentido contrário, tornando a Praça mais pequena. Perguntou este Vereador de onde é que surgiu a “ideia peregrina” de tornar a Praça mais pequena. Ainda a propósito da necessidade de dinamização da Praça, este Vereador referiu que se o espaço não fosse reduzido, a atividade comercial do café central poderia traduzir-se numa esplanada de maior



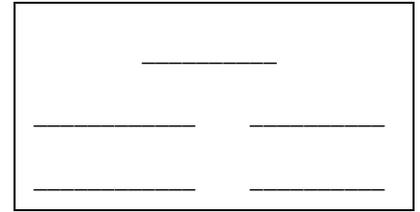
dimensão. Este Vereador sublinhou que o Senhor Presidente não submeteu à Câmara o pedido de autorização para a realização da obra, não apresentou qualquer projeto, não enquadrou a obra nos instrumentos de planeamento e gestão territorial em vigor, realçando-se a inexistência de qualquer termo de responsabilidade sobre a mesma e de plano de segurança. Este Vereador frisou que os Vereadores nem sequer têm conhecimento da estimativa de custos da obra, sendo que legalmente toda as obras realizadas por administração direta, têm de ter a prévia autorização da Câmara. Acrescentou que como agravante desta ilegalidade está o facto da Praça da República contemplar a Fonte renascentista, classificada como de interesse público e está localizada a curta distância do Castelo, classificado como monumento nacional. Este Vereador frisou que estas classificações protegem o património pelo que qualquer intervenção que venha a ocorrer junto às mesmas, carece de parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e da Direção Regional da Cultura. Segundo lhe parece-disse-estes pareceres não existem. -----

Disse ainda este Vereador que sendo o projeto da autoria do Arquiteto Vasco Massapina, qualquer alteração interfere com os direitos de autor, situação que não lhe parece que tenha sido salvaguardada. -----

Como última nota, disse este Vereador que a gravidade da situação implica que o Senhor Presidente “tenha de voltar a colocar os blocos de pedra no seu local original”. -----

Acrescentou que caso isso não ocorra, os Vereadores do PS - porque não querem integrar um executivo que realiza obras ilegais - terão de recorrer às entidades competentes, pelos meios adequados, no sentido de relatar o que se está a passar. De entre essas entidades, este Vereador realçou a importância da comunicação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, à Direção Regional de Cultura do Alentejo e à Associação Nacional de Municípios. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que o tema principal que tem para expor nesta reunião, prende-se exatamente com a intervenção que está a ocorrer na Praça da República, em Viana do Alentejo, da qual tomou conhecimento através de imagens que lhe foram enviadas, tendo ficado estupefacto. Disse este Vereador que se revê praticamente em tudo o que foi dito a este propósito pelo Senhor Vereador Luís Metrogos, realçando a falta de autorizações para a intervenção que está a ser feita. Este Vereador sublinhou que os Vereadores da oposição



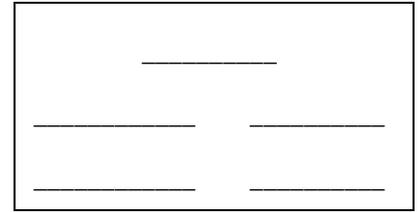
desconhecem integralmente esta intervenção, nomeadamente as razões justificativas da mesma e se é uma alteração temporária ou definitiva. Disse este Vereador que aparentemente parece tratar-se de uma alteração definitiva, tendo sido cometidas várias ilegalidades, sendo a primeira o facto do assunto não ter sido submetido à Câmara Municipal, tendo implicações a nível urbanístico e a nível do trânsito. Este Vereador salientou que tratando-se de uma intervenção física consubstanciada na deslocação dos blocos delimitadores da Praça, o assunto teria de ter sido submetido a deliberação da Câmara Municipal. -----

Disse o Senhor Vereador Costa da Silva que importa, em segundo lugar, sublinhar que a obra inicial foi financiada com fundos comunitários, o que significa que qualquer alteração a que a mesma seja sujeita implica a respetiva comunicação à Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, para efeitos de obtenção de autorização. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu-se também à necessidade de auscultação da Direção Regional de Cultura, uma vez que a intervenção está a ocorrer num espaço classificado. Este Vereador concluiu, referindo que estamos perante um conjunto de ilegalidades e atrocidades que foram cometidas, fundadas em decisões ilegais, com repercussões no quotidiano das pessoas, com implicações em espaços comerciais e na utilização da própria Praça, situação que parece ser demasiado abusiva para poder passar impune. -----

Este Vereador acrescentou que o Senhor Presidente terá de ter razões muito claras e terá de prestar um esclarecimento muito profundo sobre este assunto. Finalmente, este Vereador referiu que importa perceber de quem partiu a ideia para realizar a intervenção em causa, nos moldes em que está a ocorrer. -----

O Senhor Presidente referiu que a ideia da intervenção foi exposta por si ao executivo em regime de permanência. Disse discordar em absoluto da opinião de que a Praça fica mais reduzida, uma vez que os blocos foram deslocados (para dentro) cerca de 30 a 40 centímetros, não havendo qualquer mexida nos bancos nem nas árvores. Acrescentou que o espaço agora ocupado pelos blocos não era utilizado para nada, inclusive para a esplanada do café central. Assim-disse-não há qualquer redução de espaço do tabuleiro da Praça, tendo este sido muito mais invadido (em termos de metros quadrados) quando o anterior executivo lá colocou um placard “que é uma aberração num sítio daqueles”. -----



Disse o Senhor Presidente que a razão da intervenção é simples e prende-se com a dificuldade que os veículos, sobretudo os de mercadorias, tinham para passar naquele local, quando se encontravam lá veículos estacionados. Assim - disse - com esta pequena intervenção, fica facilitada a passagem dos veículos naquela zona e os clientes do café central podem estar mais descansados, sem terem de estar a sair para tirarem os veículos ali estacionados, como por vezes sucedia. Disse ainda o Senhor Presidente que também ficam facilitados os clientes da Caixa Agrícola e da farmácia que deixando os seus veículos estacionados frente ao café central, não precisam de estar preocupados com a possibilidade dos mesmos interromperem o trânsito. Disse o Senhor Presidente que através desta pequena intervenção, a zona em causa fica mais espaçosa e até mais apetecível, melhorando as condições não só dos comerciantes, mas da população em geral. -----

Disse o Senhor Presidente que pensava que a deslocação dos blocos, tratando-se de uma pequena intervenção, não teria de passar pela reunião da Câmara. Acrescentou que a obra aparenta ser de maior dimensão porque implica que os blocos sejam retirados dos cubos da calçada para serem recolocados um pouco mais para dentro. Disse ainda o Senhor Presidente ter solicitado uma autorização ao autor do projeto, a qual foi concedida para esta pequena intervenção, conforme email recebido, acompanhado do desenho respetivo. -----

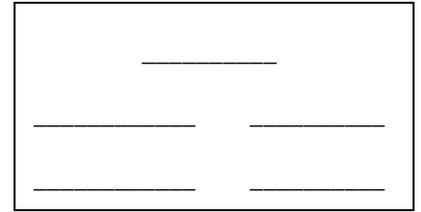
Disse ainda o Senhor Presidente que admite que possa ter errado ao não ter trazido o assunto à Câmara Municipal, embora não considere aquela intervenção como uma obra, mas sim como um “desvio dos maciços um pouco mais para dentro”, não tendo havido qualquer mudança no visual da Praça, nem tendo sido colocados nem retirados mais cubos. -----

Disse o Senhor Presidente não conseguir ver onde residem tantos problemas e tantas ilegalidades como foi referido pelos Senhores Vereadores. -----

Quanto ao facto da obra inicial ter sido financiada, disse o Senhor Presidente parecer-lhe que até alterações significativas poderão ser realizadas, após o decurso de um determinado período de tempo. -----

Neste caso concreto-disse- nem o autor do projeto considerou tratar-se de uma alteração significativa. -----

Disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que nesta situação em concreto, o procedimento normal seria consultar, em primeiro lugar, o autor do projeto, para obter a



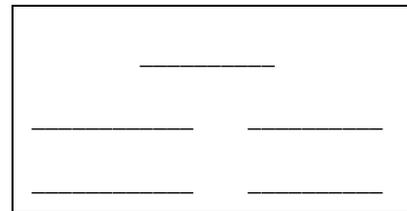
devida autorização. Tendo isto ocorrido - disse - o primeiro passo dado foi o correto. Acrescentou que em segundo lugar deveria o Senhor Presidente ter apresentado uma proposta à Câmara Municipal, não se sabendo se a mesma teria merecido a concordância do órgão e suspeitando-se que não, atendendo ao teor das intervenções dos Vereadores sobre o assunto. Este Vereador realçou que além das implicações urbanísticas, estão em causa implicações no trânsito, para além do facto de não poderem existir, até ao final do Quadro Comunitário de Apoio, modificações não autorizadas, em obras financiadas. -----

Disse ainda este Vereador que havendo autorização do autor do projeto e havendo autorização da Câmara Municipal, certamente o Programa Operacional Regional não se oporia à realização da intervenção. Contudo - disse - esta autorização não foi solicitada e o Senhor Presidente, achando que aquele espaço ficaria melhor, avançou para a alteração. Acrescentou que há procedimentos para que as coisas possam ser realizadas e esses procedimentos têm de ser cumpridos, situação que não aconteceu, à exceção de um aspeto. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, referindo-se às implicações em termos urbanísticos, realçou que a candidatura foi efetuada numa lógica de garantir mais espaço às pessoas e menos espaço aos carros, sendo evidente que também este requisito não foi cumprido -----

Este Vereador voltou a sublinhar que a Câmara Municipal tinha de se ter pronunciado sobre esta intervenção, com base num projeto e que efetivamente os Vereadores desconhecem totalmente o teor da intervenção. Acrescentou que se o Senhor Presidente tivesse submetido à Câmara Municipal uma proposta de alteração de trânsito consubstanciada na retirada do estacionamento em frente ao café central, porventura poderia essa proposta ter sido aprovada. Em conclusão, este Vereador referiu que independentemente das justificações dadas pelo Senhor Presidente, o facto é que, das regras todas que tinha de cumprir, apenas cumpriu uma. Daí que esta situação tenha de ser revista- disse. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos disse que a lógica atual dos centros urbanos é exatamente oposta à que foi seguida nesta intervenção, tendo este Vereador questionado como é possível que alguém que está a liderar, vá exatamente no sentido oposto ao propósito atual dos centros urbanos. -----



Acrescentou que a Praça é para ser vivida pelas pessoas, a pé, sendo evidente que o perímetro da Praça foi reduzido por via desta alteração, sendo menor o espaço disponível para as pessoas, o que não tem qualquer tipo de lógica. -----

Disse ainda o Senhor Vereador Luís Metrogos que está em causa uma questão urbanística e que o próprio Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua última redação de 2019, no artigo 2º define o que são obras de urbanização nos seguintes termos:-----

“Obras de urbanização são as obras de criação e remodelação de infraestruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, rede de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva”. -----

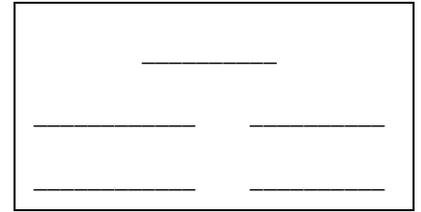
Assim, disse este Vereador ser imprescindível existir um projeto de execução para este tipo de obras, o qual não existe. Acrescentou que o Senhor Presidente “faz as coisas à lei da bala”, sem deliberação da Câmara, sem projeto de execução, sem termos de responsabilidade, configurando esta alteração uma situação totalmente ilegal. -----

Acresce referir - disse este Vereador - a inexistência de pareceres da Comissão de Coordenação da Região Alentejo e da Direção Regional de Cultura, atendendo a que o espaço em causa se situa numa zona de proteção relativamente à fonte renascentista que existe na Praça. -----

Disse este Vereador que não tendo estes aspetos sido acautelados, caberá ao Senhor Presidente voltar atrás na decisão, sendo que se o não fizer, os Vereadores do PS irão tomar medidas porque não querem integrar um executivo que realiza obras ilegais. Acrescentou que pelas intervenções acerca deste assunto, tem sérias dúvidas de que a Câmara autorizasse esta intervenção, não sendo aceitável que o Senhor Presidente, não tendo maioria, aja como se a tivesse. Disse ainda que os Vereadores do PS aguardam que a situação se resolva pacificamente, com a recolocação dos blocos de pedra no sítio onde anteriormente se encontravam. -----

O Senhor Presidente disse continuar a considerar que a alteração efetuada não tem qualquer efeito em termos de redução de espaço uma vez que os blocos foram recolocados no alinhamento dos bancos, das árvores e da iluminação, continuando a possibilitar a montagem de uma esplanada, tal como anteriormente. Disse ainda o Senhor Presidente que considera também não existir qualquer impacto visual decorrente desta alteração. -----

Quanto à hipótese de retirada do estacionamento da Praça, o Senhor Presidente realçou a



importância e utilidade do mesmo para os comerciantes da zona, designadamente o café central, a farmácia e a instituição bancária. -----

O Senhor Presidente informou ter trocado opiniões com a GNR acerca da alteração, tendo esta manifestado a sua concordância por tornar mais fácil a circulação automóvel no local. -----

Dirigindo-se ao Senhor Vereador Luís Metrogos, o Senhor Presidente manifestou a indisponibilidade para a recolocação dos blocos no sítio onde se encontravam, salvo se vier a ser superiormente obrigado a isso. -----

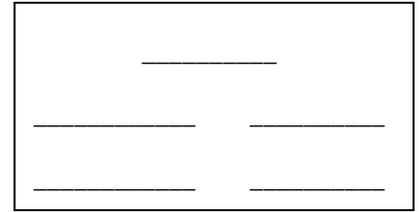
O Senhor Vereador António Costa da Silva perguntou ao Senhor Presidente se ele tinha questionado o seu Chefe de Gabinete, pessoa entendida nestas matérias, acerca da intenção de realizar esta intervenção e se tinha questionado o responsável da Divisão do Urbanismo, a fim de perceber se estava a fazer bem ou mal. Este Vereador questionou se o Senhor Presidente tem na sua posse algum parecer escrito do Chefe de Divisão do Urbanismo, quanto ao procedimento que seguiu. -----

Disse ainda o Senhor Vereador António Costa da Silva, a título de alerta, que o Senhor Presidente está ainda a tempo de ter a perceção sobre o cometimento ou não de uma ilegalidade porque o não cumprimento de determinadas regras tem implicações até a nível das funções que exerce. Acrescentou que não é suficiente o Senhor Presidente fazer “um ato de contrição” sobre o facto de não ter submetido o assunto à Câmara, importando sobretudo perceber se formalmente agiu de forma correta e se está a tempo de corrigir o ato que cometeu para evitar que se tenha de avançar com um procedimento que pode ter implicações nas decisões do executivo e nos próprios mandatos dos eleitos em regime de permanência, dado que foi por eles tomada uma decisão conjunta, como foi referido pelo Senhor Presidente.-----

A concluir, este Vereador salientou a necessidade do Senhor Presidente verificar se o procedimento que seguiu foi correto ou não e quais as implicações, caso não tenha sido. -----

- O Senhor Presidente referiu que por não ver qualquer implicação negativa na decisão de alteração que foi efetuada, apenas pediu opinião do autor do projeto, não tendo questionado, sobre o assunto, nem o seu Chefe de Gabinete nem o Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual. -----

O Senhor Presidente disponibilizou - se para apresentar à Câmara um projeto da alteração que está efetuada, a fim de ser apreciado pelos Vereadores, realçando que não é sua intenção



recolocar os cubos nos locais iniciais. O Senhor Presidente exibiu o desenho não formal da alteração, efetuado pelo autor do projeto, acompanhado da sua declaração autorizadora, voltando a manifestar a disponibilidade para que esse desenho não formal dê origem a um projeto a ser submetido à Câmara. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que não se trata apenas de apresentar o projeto à Câmara, mas sim de obter a autorização desta, com base numa estimativa orçamental, dado que todas as obras por administração direta têm de ser autorizadas pela Câmara. -----

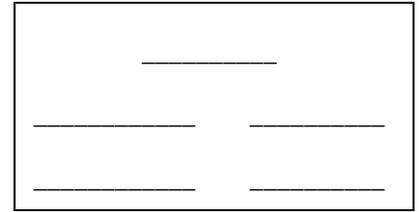
Tendo o Senhor Presidente referido “não ter esse entendimento”, o Senhor Vereador Luís Metrogos respondeu que não se trata de “uma questão de entendimento”, sugerindo que o Senhor Presidente promova o esclarecimento dos Vereadores, chamando o Chefe da Divisão do Urbanismo e porventura o seu Chefe de Gabinete. -----

O Senhor Presidente referiu que o seu Chefe de Gabinete “não é para aqui chamado”. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos insistiu em realçar que este assunto tem de ser submetido à Câmara Municipal, para além de necessitar dos pareceres externos, como já foi referido, dado estarmos numa zona de proteção. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva exemplificou com a mudança de um sinal de trânsito, a qual tem de ser submetida à aprovação da Câmara Municipal. Disse que a intervenção efetuada traduz-se numa mudança estrutural no uso da Praça da República, sendo clara a necessidade de cumprimento de determinadas regras. Este Vereador sugeriu ao Senhor Presidente que se aconselhe sobre a decisão que tomou, a fim de evitar outros danos. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos voltou a salientar que, contrariamente ao que o Senhor Presidente referiu, a área pedonal da Praça da República, agora, tem outra dimensão, tendo ficado mais reduzida, ou seja - disse - esta alteração tem implicações na rede viária e no uso do espaço público. Voltou a salientar que o Senhor Presidente “não pode fazer tudo o que lhe apetece” porque há regras a cumprir e lançou de novo o repto ao Senhor Presidente, no sentido de chamar o Chefe da Divisão Urbanística, para que o mesmo pudesse prestar alguns esclarecimentos. Apesar das diversas insistências, neste sentido, feitas pelo Senhor Vereador Luís Metrogos, o Senhor Presidente considerou, por ora, o assunto encerrado, referindo que não chamaria o Chefe de Divisão, dado que ele não tem qualquer conhecimento deste processo.



O Senhor Vereador Luís Metrogos, embora disponível para aguardar algum tempo, disse que se os blocos não forem recolocados nos sítios originais, certamente serão tomadas as devidas medidas, advertindo para a perigosidade do que está a acontecer, pois “o Senhor Presidente não pode fazer o que quer, sem regras”. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou manifestou um agradecimento às duas Associações envolvidas na Romaria a Cavallo, concretamente a Associação Equestre de Viana do Alentejo e a Associação dos Romeiros da Tradição Moitense, que anualmente estão disponíveis para promover e dinamizar um evento que passou a ser uma imagem de marca para este concelho. Disse esta Vereadora que faltando cerca de um mês e meio para a próxima edição da Romaria a Cavallo e sabendo-se que este ano a chegada a Alcáçovas se prevê que ocorra mais cedo, importa saber o que está previsto acontecer nessa tarde, após a chegada dos romeiros. -----

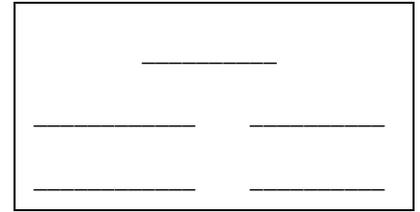
A Senhora Vereadora Sara Grou perguntou se relativamente a Viana estão previstas algumas alterações relativamente ao ano passado. -----

Disse ainda a Senhora Vereadora Sara Grou que o espaço envolvente à Senhora D’Aires é uma preocupação, questionando se estará em condições para receber os romeiros e visitantes, dado que a obra ainda não se encontra concluída. -----

Também a Senhora Vereadora Sara Grou se referiu a um cavalo de ferro, alusivo à Romaria, propriedade do Município. Perguntou se este cavalo irá ser utilizado este ano na Romaria. -----

A concluir, a Senhora Vereadora Sara Grou realçou a necessidade de ser assegurada a máxima segurança quer dos romeiros, quer dos munícipes e visitantes, tanto mais pelo facto de neste ano existir um maior período de permanência dos romeiros nas localidades, designadamente em Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente, tal como foi referido no ato de apresentação da Romaria, disse que irão existir algumas alterações de percurso, voltando os romeiros a pernoitar em São Cristóvão. Disse que se pretende encurtar o último percurso antes da chegada a Alcáçovas, o qual tinha cerca de 50 quilómetros. Com esta alteração, os romeiros chegarão mais cedo a Alcáçovas, sendo possível proporcionar-lhes uma visita a alguns pontos de interesse da freguesia, nomeadamente o Paço dos Henriques, os chocalheiros, entre outros. -----



Quanto a Viana, irá haver alteração do local dos espetáculos musicais, passando estes a realizar-se na vila e não junto ao Santuário. Disse o Senhor Presidente que à chegada dos romeiros ao Santuário terá lugar uma gala equestre. -----

O Senhor Presidente acrescentou que os espetáculos musicais terão lugar numa tenda a montar no parque de mercados, havendo também alguns bares e expositores no local. -----

O Senhor Presidente referiu que esta alteração resultou de conversas com alguns comerciantes, principalmente ligados aos bares, que disseram que já no ano passado notaram uma melhoria pelo facto dos espetáculos junto ao Santuário terem terminado mais cedo, o que contribuiu para que a Romaria tivesse dado mais vida à vila. Disse o Senhor Presidente que aquilo que se pretende é dar mais oportunidades aos bares e restaurantes existentes na vila e daí a alteração prevista para este ano. -----

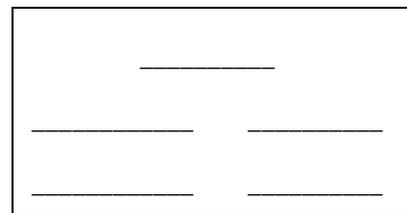
Disse ainda o Senhor Presidente que no domingo, no mesmo local, realizar-se-ão espetáculos que se prevê que sejam do agrado de muita gente. Acrescentou conhecer bem a realidade da Romaria, sabendo que há muitos romeiros que regressam no próprio dia da chegada e que há outros que fazem a animação nos próprios acampamentos, sendo diminuto o número de romeiros que assiste aos espetáculos que o Município proporciona. Assim, disse o Senhor Presidente que esta festa tem de ser também direccionada para a população. Acrescentou que a nível de estacionamento, o espaço onde decorrerão os espetáculos tem excelentes condições, podendo as pessoas deslocar-se a pé, dentro da vila. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que atendendo ao facto de ser feriado na segunda-feira, é possível alargar um pouco mais os espetáculos a realizar no domingo. -----

A Senhora Vice-Presidente informou que tal como vem sendo habitual, o espetáculo a realizar à noite, em Alcáçovas, é da responsabilidade da Junta de Freguesia local, tal como o pequeno almoço no dia seguinte. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou perguntou se as alterações quanto ao local dos espetáculos musicais foram concertadas com as duas Associações e se elas estão de acordo. Disse que a sua pergunta reside no facto de existir um grande simbolismo com a Sra. D'Aires, sendo o respetivo Santuário o maior Santuário Mariano a Sul do Tejo, o que muito honra este concelho. Daí que pergunte até que ponto será positiva a retirada de iniciativas, do Santuário para a vila. -----

O Senhor Presidente disse que as opiniões dividem-se quanto a esta mudança, não tendo a



mesma sido consensual. Contudo - disse - foi necessário tomar uma decisão e ela foi no sentido da alteração. Acrescentou que esta alteração em nada afetará a vertente religiosa, pois apenas interfere com o local de realização dos espetáculos musicais. -----

Quanto ao espaço envolvente ao Santuário, o Senhor Presidente disse que persiste a preocupação, pois é necessário efetuar, com terra, o preenchimento de alguns espaços. Contudo, não pode ser uma terra qualquer, a fim de que não se transforme em lama cada vez que chover. Disse o Senhor Presidente que é preferível conseguir obter a terra adequada para evitar problemas futuros. -----

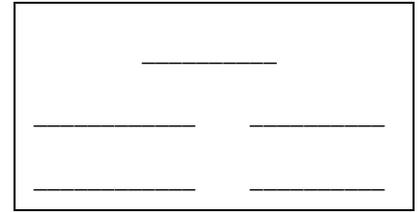
Disse ainda o Senhor Presidente que haverá necessidade de corrigir os problemas detetados aquando da realização da feira (pontos de energia elétrica distanciados das tendas, falta de esgoto para quem tem necessidade de escoar águas, entre outros aspetos). -----

-Disse o Senhor Presidente ter conhecimento da existência de algumas divergências entre a Junta de Freguesia de Viana e o projetista. Nos termos do projeto, os sanitários pré-existentes deveriam ser retirados. Contudo, a Junta de Freguesia não concorda, pelo que as duas partes terão de se entender-disse. -----

Quanto ao cavalo de ferro, disse o Senhor Presidente que “ele nunca chegou a aparecer”, pois foi constatado que não oferecia condições de segurança. Disse que sempre considerou esta questão polémica, tendo sido um dinheiro mal gasto porque não atingiu o objetivo. Acrescentou que a intenção era que sobre uma estrutura móvel, o cavalo pudesse transportar pessoas, mas veio a revelar-se de tal modo perigoso que isso nunca veio a acontecer. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que dada a falta de utilidade, o cavalo acabou por ser desmantelado no estaleiro municipal, aproveitando-se as respetivas chapas para outros trabalhos. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos salientou que o cavalo era património do Município, não podendo o Senhor Presidente desmantelar património municipal. Disse este Vereador que para desmantelar património é necessário existir autorização e que o Senhor Presidente está a utilizar património como bem entende, sendo esta mais uma situação gravíssima. Perguntou este Vereador qual a justificação que o Senhor Presidente tem para esta situação. -----



O Senhor Presidente respondeu que não tem conhecimento de que o cavalo estivesse registado e que o desmantelamento se deve ao facto de não ter qualquer utilidade, podendo o material ser reutilizado e podendo o reboque que o sustentava ser utilizado para o que faz falta. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, a este propósito, disse ser suposto que os bens tenham um número de registo no inventário da entidade e daí que a dúvida seja o abatimento desta peça no inventário de bens do Município.-----

O Senhor Presidente referiu que em primeiro lugar é preciso verificar se o bem estava inventariado e depois ver-se-á a questão do abate.-----

Relativamente às questões de segurança, disse o Senhor Presidente que serão cumpridas todas as indicações que a GNR considerar apropriadas para este evento. -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu-se ao mau estado da estrada da Sra. D'Aires, a partir do "Campo da Bola", sugerindo que sejam efetuados alguns arranjos antes da Romaria.-----

Também o Senhor Vereador Luís Metrogos se referiu à necessidade de substituição dos outdoors que se encontram à entrada das freguesias pelo impacto que têm na imagem que se pretende passar do concelho.-----

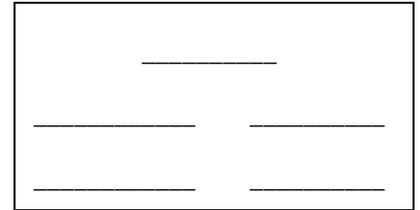
O Senhor Presidente disse estar totalmente de acordo com essa necessidade, informando que até ao final do dia de hoje, conforme determinação transmitida, deverão estar colocados nos placards, as imagens de promoção do concelho, dado que as relativas à promoção da Romaria ainda não estão prontas. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que no caso de Viana, o placard não é propriedade do Município, pelo que a promoção da Romaria que for lá colocada, terá de ser paga. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou questionou se não será mais rentável colocar um outdoor que seja propriedade do Município. Também esta Vereadora sugeriu que no intervalo temporal de promoção de iniciativas específicas, o Município possa promover as freguesias através de lonas colocadas nos placards. -----

O Senhor Presidente referiu que essas lonas já estão a ser utilizadas e que relativamente ao placard de Viana, a intenção será, futuramente, propor a compra do mesmo à empresa proprietária, dado que a localização é boa e não seria muito viável o Município colocar um outdoor seu, junto ao existente. -----

O Senhor Presidente transmitiu ter recebido, entretanto, a informação de que as imagens dos outdoors já estão substituídas. -----



O Senhor Presidente informou que já estão a ser efetuadas algumas reparações na estrada da Sra. D'Aires e que a estrada entre o cemitério e o Santuário também está a ser intervencionada devido ao facto dos paralelos das bermas se irem degradando. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse ter sido abordado por um promotor de Alcáçovas, interessado na aquisição de um lote de terreno na Zona Industrial de Alcáçovas. Disse-lhe que enviou emails para o Senhor Presidente da Câmara, aos quais não obteve qualquer resposta. Este Vereador fez notar que esta situação é de alguém de Alcáçovas que necessita urgentemente de um lote para a sua atividade empresarial, estando a ser desperdiçado, na sua perspetiva, o empreendedorismo local. Perguntou este Vereador ao Senhor Presidente o porquê de não responder, dado que já não é o primeiro caso de empresários que se queixam da falta de resposta a e-mails dirigidos ao Presidente da Câmara. ---

O Senhor Vereador António Costa da Silva perguntou ainda o seguinte: -----

a) Se os potenciais interessados na aquisição de lotes de terreno industriais, os quais já tinham manifestado esse interesse, foram informados da abertura de concurso para atribuição de lotes na Zona Industrial de Viana. Isto - disse - porque não existindo lotes disponíveis em Alcáçovas, poderiam eventualmente optar pela aquisição de um lote em Viana do Alentejo; -----

b) Para quando está prevista a disponibilização de lotes para venda na Zona Industrial de Alcáçovas; ----

c) Devido a um erro antigo, com origem no inicial Regulamento Municipal de Venda de Lotes Industriais, houve pessoas que adquiriram lotes e que nunca lhes deram uso. Perguntou este Vereador se o Senhor Presidente já tentou negociar com esses promotores no sentido do Município readquirir os lotes para os voltar a disponibilizar; -----

d) Qual o ponto de situação da Estratégia Local de Habitação, nomeadamente se existem avanços e para quando está prevista a reunião com a população de Aguiar; -----

e) Qual o ponto de situação da aquisição do terreno para a futura Zona Industrial de Aguiar. -----

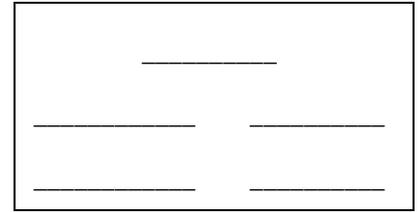
A concluir, o Senhor Vereador António Costa da Silva felicitou o atleta José Filipe Grilo, por ter vencido o campeonato regional de Boccia, na classe BC2, que decorreu nos dias 11 e 12 de março, no Seixal.-----

Este Vereador felicitou também o Clube Amadores de Pesca de Viana do Alentejo que comemorou no passado dia 12 de março, o 23º aniversário da sua fundação. -----

Em relação às questões colocadas, o Senhor Presidente informou o seguinte: -----

a) Amanhã, dia 16 de março, às 11:30 horas, será celebrada a escritura relativa à aquisição do terreno destinado à Zona Industrial de Aguiar; -----

b) A reunião em Aguiar, relativa à Estratégia Local de Habitação, terá lugar no dia 24 de março, pelas 19:00 horas, para a qual serão formalmente convidados os Senhores Vereadores, através de email a enviar; -----



c)Relativamente aos lotes existentes na Zona Industrial de Viana, ainda sem construção, recordou o processo judicial decorrente das deliberações de reversão tomadas pela Câmara, tendo o Tribunal dado razão aos proprietários. -----

Trata-se de um assunto complexo, sendo necessário verificar se as decisões do Tribunal conferiram ou não aos titulares da propriedade, algum prazo para a construção. Acrescentou ser sua intenção contactar os proprietários desses lotes, a fim de aferir a disponibilidade dos mesmos para venderem os lotes ao Município. -----

Quanto a Alcáçovas, disse não ter conhecimento da existência de situações deste tipo e que neste momento se está a tentar legalizar os lotes que são do Município para se poderem disponibilizar. -----

d) Quanto à informação sobre a abertura de concurso para venda de lotes industriais, salientou ter sido publicitado o respetivo edital, apesar de ter também falado pessoalmente com algumas pessoas. -----

Disse ainda que é previsível que brevemente seja submetida à Câmara nova proposta para venda de lotes na Zona Industrial de Viana. -----

Quanto aos contactos por email, disse ter conhecimento de uma pessoa que o fez, não lhe tendo contudo respondido oficialmente por essa via. Acrescentou que, por norma, fala diretamente com as pessoas e tem conhecimento de quem, neste momento, está interessado em adquirir lotes em Alcáçovas. -----

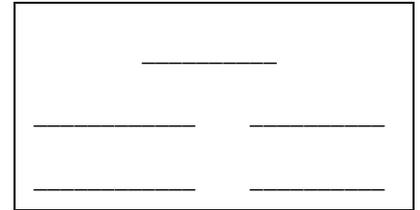
O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que em sua opinião faz todo o sentido informar todos os interessados, sobre a disponibilização de lotes em Viana, dando-lhe a conhecer a abertura do respetivo concurso. Este Vereador sugeriu que aquando da próxima disponibilização de lotes, todos os interessados sejam informados da abertura do concurso, pois aquilo que mais interessa ao concelho é que os lotes sejam atribuídos. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva deixou uma nota de incentivo ao Senhor Presidente no sentido de ser verificada a situação dos lotes sem construção, a fim de se perceber se os proprietários estão ou não em incumprimento e a fim de se perspetivar a possibilidade de reaquisição desses lotes por parte do Município, a fim de que possam efetivamente ter uso. -----

O Senhor Presidente concordou com o procedimento de contacto informal com os potenciais interessados, aquando da publicitação da abertura de concurso para venda de lotes. -----

O Senhor Presidente informou que os convites para apresentação de propostas no âmbito do Procedimento de Consulta Prévia para a contratação da fiscalização da Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, serão enviados amanhã. -----

Passou-se de imediato à Ordem de Trabalhos: -----



Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 1 de março de 2023 – A Câmara aprovou por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária realizada no dia 1 de março de 2023.

Ponto três) Informação sobre a Atividade da Câmara- A Câmara tomou conhecimento da atividade realizada no período compreendido entre 25 de fevereiro e 10 de março de 2023: -----

No dia 25 de fevereiro, o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vice-Presidente, estiveram presentes no 2º Trail dos Moinhos, que decorreu em Alcáçovas, a convite do Sport Club Alcaçovense. -----

Nos dias 25 e 26 de fevereiro, o Senhor Presidente da Câmara esteve presente na entrega de taças aos atletas do Campeonato Zonal (Zona Sul) Juniores, Open de Juvenis e I Jornadas da Planície, Taça Vítor Costa, realizado no pavilhão Gimnodesportivo de Viana do Alentejo, pela Associação de Judo de Beja, pelo Judo Clube de Alvito e pelo Município de Viana do Alentejo. -----

No dia 1 de março, o Município assinalou o Dia Internacional da Proteção Civil com um exercício/simulacro na Residência Sr.ª D'Aires – Estrutura Residencial de Pessoas Idosas, em Aguiar, com o objetivo de sensibilizar para a importância da proteção civil na salvaguarda da vida humana. Nesta iniciativa, estiveram presentes o chefe de gabinete e o adjunto do Senhor Presidente da Câmara. -----

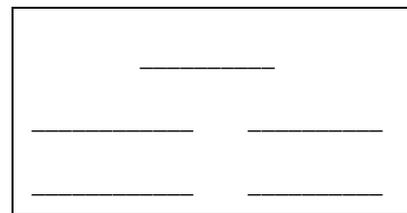
No dia 2 de março, a Senhora Vice-presidente da Câmara procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na delegação da Câmara, em Alcáçovas. -----

No mesmo dia, o Senhor Presidente da Câmara, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho. -----

De 1 a 5 de março, o Município de Viana do Alentejo voltou a marcar presença na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, o maior evento de promoção turística realizado no nosso país, que decorreu na FIL, em Lisboa. A presença do Concelho de Viana do Alentejo, integrada na Turismo do Alentejo e Ribatejo, contemplou algumas ações de promoção, nomeadamente de olaria com Feliciano Mira Agostinho, no dia 2, no stand do Município e, no dia 4, no stand da EN2, com uma degustação de doçaria do concelho. -----

O Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo também marcou presença na BTL para dar a conhecer o cante alentejano, classificado como Património Cultural Imaterial da Humanidade. -----

No dia 4 de março, o Senhor Presidente da Câmara esteve presente na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, onde realçou a “importância da participação do concelho rico em património turístico e religioso num certame desta natureza”. Participou ainda na sessão de divulgação da Romaria a Cavalo, no auditório da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, onde salientou a presença de inúmeros visitantes durante a iniciativa no concelho, deixando um apelo para que “visitem Viana do Alentejo e acompanhem a chegada da Romaria, à qual ninguém fica indiferente”. -----



No dia 6 de março, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente e a técnica Helena Torrão estiveram presentes na reunião do Conselho Municipal de Educação, que teve lugar no salão da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. Foi apresentada uma proposta de alteração ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2022/2023 e foram também designadas as personalidades de mérito a convidar para as reuniões deste Conselho Municipal. O Conselho foi informado sobre a Componente de Apoio à Família, Bolsas de Estudo, Prémios de Mérito, Dia do Diploma, Pausas Letivas e Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

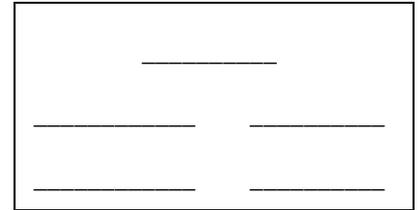
No mesmo dia, o chefe de gabinete do Senhor Presidente da Câmara esteve presente, no auditório da CCDR Alentejo, na apresentação da Agenda Digital do Alentejo, a convite da CCDR Alentejo em parceria com a ADRAL. Participaram na sessão o Presidente da CCDR Alentejo, António Ceia da Silva; o eurodeputado Carlos Zorrinho; a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira; o Secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco; o Secretário de Estado da Internacionalização, Bernardo Ivo Cruz; o Secretário de Estado da Digitalização e Modernização Administrativa, Mário Campolargo; o Presidente da ADRAL, João Grilo e a Vice-Presidente da CCDR Alentejo, Carmen Carvalheira. O encerramento da sessão esteve a cargo da Ministra da Coesão Territorial, Ana Barbosa. -----

No dia 7 de março, o Senhor Presidente da Câmara, e a técnica Vanda Viriato estiveram presentes, nas instalações da CIMAC, na primeira reunião de trabalho sobre o Plano de Ação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central 2021-2027 e a contratualização dos instrumentos financeiros. A reunião teve como objetivo a apresentação do ponto de situação geral do Programa Regional Alentejo e dos trabalhos preparatórios do Investimento Territorial Integrado com a CCDR Alentejo e outras CIM, o ponto de situação e perspetivas para o Plano de Ação a realizar pela Quaternaire Portugal e o debate e programação dos trabalhos futuros. Foram também transmitidas as informações que a CIMAC obteve nas últimas reuniões com a CCDR Alentejo e feita uma primeira abordagem sobre o Plano de Ação que a CIMAC pretende apresentar. -----

No dia 9 de março, a Senhora Vice-Presidente da Câmara procedeu ao habitual atendimento aos munícipes na Delegação da Câmara, em Alcáçovas. -----

No mesmo dia, o chefe de gabinete e o adjunto do Senhor Presidente da Câmara estiveram presente na reunião da Comissão Organizadora da Romaria a Cavalos que teve lugar nos Paços do Município da Moita.

No dia 10 de março, o chefe de gabinete do Senhor Presidente e a Técnica Edite Padeirinha, estiveram presentes na apresentação da “proposta de Projeto de salvaguarda e valorização da cerâmica Tradicional do Alentejo Central no âmbito do Projeto Transforma”, efetuada por Hugo Guerreiro do Município de Estremoz. -----



Ponto quatro) Proposta de transferência de verba ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às

Atividades Culturais - Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas, a importância de 180,00€ (cento e oitenta euros) com destino ao Grupo de Cavaquinhos do Alentejo/4º trimestre de 2022 -----

Ponto cinco) Proposta de transferência de verba para o Grupo Associativo de Jovens de Aguiar (Festa

de Carnaval) - Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para o Grupo Associativo de Jovens de Aguiar, a importância de 400,00€ (quatrocentos euros) como participação nas despesas efetuadas com a organização da festa de Carnaval, no dia 20 de fevereiro de 2023.-----

Ponto seis) Proposta de aprovação do Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Terras Dentro –

Associação para o Desenvolvimento Integrado e o Município de Viana do Alentejo, no âmbito do

Projeto Gente Rija; – Proveniente da Divisão de Cultura e Desporto, foi presente a proposta de protocolo a celebrar entre o Município e a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado, relativo ao funcionamento do Programa de Empréstimo de Bicicletas denominado Ginga Bike, criado para promover a mobilidade sustentável no Concelho de Viana do Alentejo, no âmbito do Projeto Gente Rija. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva manifestou o seu impedimento e ausentou-se. -----

A atividade Ginga Bike prevê a aquisição e a disponibilização de bicicletas (elétricas e não elétricas) à comunidade para potenciar a prática de exercício físico, o acesso e a mobilidade sustentável ao centro de cada uma das freguesias e o convívio entre os seus utilizadores. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou considerou este projeto interessante e perguntou a quem compete a gestão das bicicletas e quais os custos a suportar pelo Município. -----

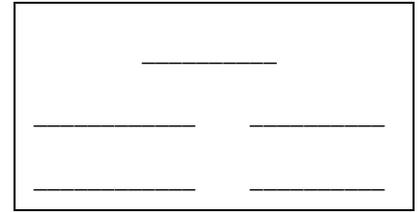
A Senhora Vice-Presidente esclareceu que caberá à Associação Terras Dentro efetuar a seleção das pessoas a quem serão entregues as bicicletas, cabendo ao Município efetuar a montagem das mesmas, sem que existam outros custos associados. Acrescentou que a disponibilização das bicicletas é feita por períodos de seis meses, findos os quais serão entregues pelos utilizadores, para que o Município efetue a respetiva manutenção e as volte a disponibilizar a outros utilizadores. -----

Votada proposta de protocolo, foi a mesma aprovada com quatro votos favoráveis. -----

Ponto sete) Pedido de parecer quanto à passagem, por este concelho, da prova velocipédica BTT,

denominada “Transportugal MTB Race 2023”, a realizar entre 7 e 14 de maio de 2023; - Por parte da

Empresa Extreme Discovery, Lda. foi solicitado o parecer da Câmara Municipal acerca da passagem, por este concelho, da prova velocipédica, na vertente de bicicleta de todo o terreno, denominada



Transportugal MTB Race, que se realizará de 7 a 14 de maio de 2023, com início em Chaves e término em Vilamoura. A passagem pelo Concelho de Viana do Alentejo ocorrerá no dia 12 de maio, entre as 10:30 horas e as 12:30 horas. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou e o Senhor Vereador Luís Metrogos fizeram notar a necessidade deste pedido de parecer ser acompanhado de uma informação técnica que ateste não existir inconveniente na passagem desta prova pelo concelho. Havendo concordância por parte de todos os membros da Câmara, foi deliberado solicitar esse parecer aos serviços técnicos e só depois a Câmara se pronunciará. -----

Ponto oito) Proposta de aprovação do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas –

Proveniente do Gabinete de Comunicação e Informática, foi presente a proposta de Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que aprova o Regime Geral da Prevenção da Corrupção. -----

Votada, foi esta proposta aprovada por unanimidade. -----

Ponto nove) Proposta de aprovação de Documentação no âmbito do RGPD- Regime Geral de Proteção

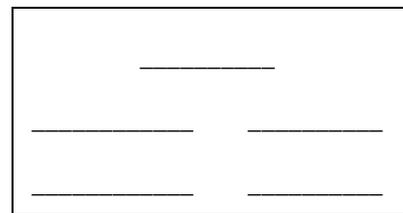
de Dados - Proveniente do Gabinete de Comunicação e Informática, foi presente a proposta de aprovação da documentação das atividades ao nível da proteção de dados e cibersegurança. -----

Por unanimidade, a Câmara aprovou os seguintes documentos: -----

- a) Aviso de cookies para sites municipais; -----
- b) Aviso de privacidade para o website municipal; -----
- c) Política de privacidade para colaboradores; -----
- d) Política de princípios aplicáveis ao tratamento; -----
- e) Política de conservação de dados pessoais. -----

Ponto dez) Proposta de designação do Encarregado de Proteção de Dados do Município de Viana do

Alentejo – Com base na proposta proveniente do Gabinete de Comunicação e Informática, a Câmara deliberou por unanimidade nomear Encarregado de Proteção de Dados do Município de Viana do Alentejo, Bruno Miguel Abrantes de Campos e Castro, com base no contrato celebrado entre a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Sociedade Anónima VisionWare – Sistemas de Informação, S.A.; sendo o ora nomeado o representante legal desta sociedade. De referir que a nomeação do Encarregado de Proteção de Dados decorre da participação deste Município no Projeto Intermunicipal de Gestão da Privacidade, liderado pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e foi efetuada ao abrigo do disposto no nº 1, alínea a) e do nº 6 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, em conjugação com o disposto no nº 1 e na alínea c) do nº 3 do artigo 12º da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto. -----



Ponto onze) Proposta de emissão de licença especial de ruído para evento musical no dia 2 de abril de

2023, organizado por Maria João Calhau Caeiro – A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a emissão de licença especial de ruído para a realização de evento musical no dia 1 de abril de 2023, no bar das Piscinas Municipais de Viana do Alentejo, promovido por Maria João Calhau Caeiro. -----

Ponto doze) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita – Foi

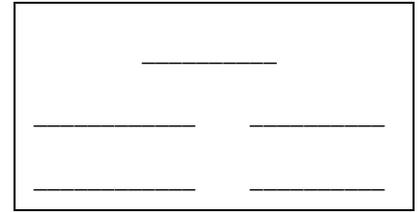
apresentada a 2ª proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Receita, consubstanciada na abertura de duas rubricas orçamentais, com as dotações correspondentes à receita prevista com a venda de lotes habitacionais e industriais, no montante global de 222 573,00 € (duzentos e vinte e dois mil quinhentos e setenta e três euros). -----

O Senhor Vereador Luís Metrogos salientou que a entrada de receita de capital com contrapartida no reforço de despesa corrente, faz aumentar ainda mais o desequilíbrio já existente. Sublinhou que a despesa corrente somada à amortização média de empréstimos atinge um valor perto dos 9 milhões de euros enquanto que a receita corrente se situa à volta dos 8 milhões e 80 mil euros, traduzindo-se isto num desequilíbrio no montante de 876 626,27€ (oitocentos e setenta e seis mil seiscentos e vinte e seis euros e vinte sete cêntimos). Disse ainda este Vereador que se efetivamente este montante for gasto até ao final do ano, o Município não cumprirá a regra do equilíbrio orçamental, violando assim o disposto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação. Este Vereador formulou votos de que as preocupações com esta situação não se venham a confirmar no final do ano pois caso contrário, estará condicionada a sustentabilidade financeira do Município, com os problemas daí decorrentes que ninguém deseja que aconteçam. -----

O Senhor Presidente disse que se encontra bem explícito qual o destino do reforço das rubricas da despesa corrente, sendo evidente que se trata de bens necessários à atividade do Município, designadamente gás e inertes e daí que uma parte da receita de capital a arrecadar tenha tido como contrapartida o reforço destas rubricas, para bens absolutamente imprescindíveis. -----

Em reforço do que já havia dito em reuniões anteriores, o Senhor Presidente sublinhou, mais uma vez, que de acordo com as informações fornecidas pelos serviços, o desequilíbrio orçamental após integração dos saldos das gerências anteriores sempre foi uma constante em anos anteriores, embora tivesse sido sempre possível corrigi-lo para que no final de cada ano se cumprisse a regra do equilíbrio orçamental. – Disse o Senhor Presidente que tal como em anos anteriores, também este ano se fará um esforço de contenção, com acompanhamento sistemático, para que no final do exercício se cumpra o equilíbrio orçamental. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva advertiu para a necessidade de ser efetuada uma planificação sobre os procedimentos a adotar para fazer a correção do desequilíbrio ao longo do ano. Acrescentou



que este aspeto é importante para quem viabiliza estas alterações, no sentido de ter a garantia de que não vai existir algum deslize. -----

Disse o Senhor Presidente que essa preocupação tem sido uma constante e que continuará a ser feito o devido acompanhamento no sentido da correção até ao final do ano. -----

Votada a 2ª proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Receita, foi a mesma aprovada devido ao voto de qualidade do Senhor Presidente, registando-se dois votos contra, por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos e Sara Grou e uma abstenção por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

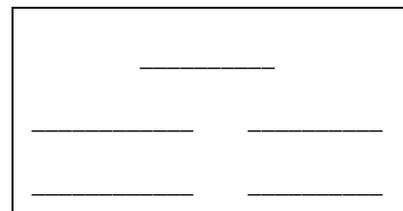
Ponto treze) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa – Votada a 2ª proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, foi a mesma aprovada devido ao voto de qualidade do Senhor Presidente, registando-se dois votos contra, por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos e Sara Grou e uma abstenção por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

Ponto catorze) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Votada a 2ª proposta de alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, foi a mesma aprovada devido ao voto de qualidade do Senhor Presidente, registando-se dois votos contra, por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos e Sara Grou e uma abstenção por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

Ponto quinze) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 1 relativo à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição nº 1, relativo à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 22 426,11€ (vinte e dois mil quatrocentos e vinte e seis euros e onze cêntimos). -----

Ponto dezasseis) Proposta de ratificação da decisão de aprovação do Auto de Medição nº2 da Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil (Despacho do Senhor Presidente de 8 de março de 2023) – Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos e Sara Grou, a Câmara ratificou o despacho do Senhor Presidente exarado a 8 de março de 2023, que aprovou o Auto de Medição nº 2, relativo à Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil, no montante de 20 861, 80€ (vinte mil oitocentos e sessenta e um euros e oitenta cêntimos). -----

Ponto dezassete) Proposta de aprovação da revisão de preços relativa à Empreitada de Requalificação da Rua Pedras do Lagar, em Aguiar - A Câmara aprovou por unanimidade a revisão de preços relativa à Empreitada de Requalificação da Rua Pedras do Lagar, em Aguiar, no montante de 8 857, 08€ (oito mil oitocentos e cinquenta e sete euros e oito cêntimos). -----



Ponto dezoito) Proposta de adjudicação de dois lotes de terreno na Zona Industrial de Viana do Alentejo, após processo de atribuição através de propostas em carta fechada, nos termos do Regulamento Municipal aplicável – Na sequência da abertura de concurso para venda de cinco lotes

de terreno na Zona Industrial de Viana do Alentejo, decorreu no dia 1 de março de 2023, perante a respetiva comissão, o ato público de abertura das propostas. -----

Nos termos da ata respetiva, a Câmara deliberou por unanimidade e ao abrigo do nº 2 do artigo 19º do Regulamento Municipal aplicável:

- a) Adjudicar o lote nº 20 a Manuel Rodrigues Pelado Bento, pelo montante de 20 550,00€ (vinte mil quinhentos e cinquenta euros). -----
- b) Adjudicar o lote nº 43 à Empresa Trator Alcaçovense, Lda., pelo montante de 22 001,00€ (vinte e dois mil e um euros). -----

Ponto dezanove) Proposta de abertura de concurso para venda de quinze lotes de terreno destinados a habitação, nos termos do Regulamento Municipal aplicável – O Senhor Vereador Luís

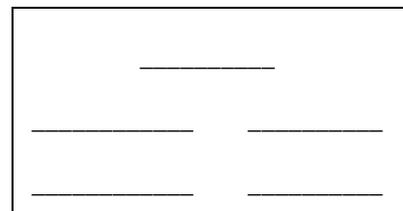
Metrogos referiu que pelo facto de poder ser um dos potenciais interessados no assunto a que se refere este ponto, irá ausentar-se da sala. Assim sucedeu. -----

Nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes de Terreno para Construção de Habitação, foi apresentada uma proposta para venda de quinze lotes em Viana do Alentejo, sendo sete localizados no Loteamento António Dores Paitio e oito localizados no Loteamento da Quinta do Marco. No Loteamento António Dores Paitio, a atribuição de cinco dos sete lotes será condicionada a jovens casais e no Loteamento da Quinta do Marco, a atribuição de três dos oito lotes será igualmente condicionada a jovens casais, ao abrigo da possibilidade conferida pelo nº 9 do artigo 5º do Regulamento Municipal respetivo. Assim, a proposta apresentada consubstancia - se na abertura de concurso para a venda dos seguintes lotes de terreno destinados a construção de habitação:a)

Localizados no **Loteamento António Dores Paitio**

N.º do Lote	Artigo Matricial	Morada	Desc. Conservatória	Área total da parcela	Área de implantação	Área de construção	Pisos	Valor base de venda (€)	Data de aprovação do projeto de loteamento
14*	3089	Rua da Barca nº 10	1554	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
15*	3090	Rua da Barca nº 12	1555	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
16*	3091	Rua da Barca nº 14	1556	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
17*	3092	Rua da Barca nº 16	1557	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
18*	3093	Rua da Barca nº 18	1558	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
19	3094	Rua da Barca nº 20	1559	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000
20	3095	Rua da Barca nº 22	1560	360 m ²	168 m ²	336 m ²	2	10.800,00	08/03/2000

*Atribuição condicionada a jovens casais (nº 9 do artigo 5º do Regulamento)

b) Localizados no **Loteamento Quinta do Marco**

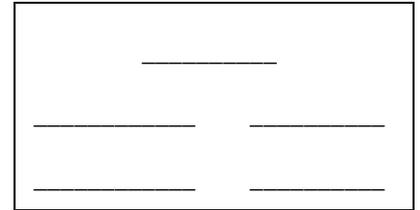
N.º do Lote	Artigo Matricial	Morada	Desc. Conservatória	Área total da parcela	Área de implantação	Área de construção	Pisos	Valor base de venda (€)	Data de aprovação do projeto de loteamento
1*	2867	Rua D. Joana da Gama nº35	1299	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
2*	2868	Rua D. Joana da Gama nº33	1300	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
3*	2869	Rua D. Joana da Gama nº31	1301	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
4	2870	Rua D. Joana da Gama nº29	1302	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
5	2871	Rua D. Joana da Gama nº27	1303	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
6	2872	Rua D. Joana da Gama nº25	1304	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
7	2873	Rua D. Joana da Gama nº23	1305	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997
8	2874	Rua D. Joana da Gama nº21	1306	360 m ²	117 m ²	117 m ²	1	7.200,00	30/10/1997

*Atribuição condicionada a jovens casais (nº 9 do artigo 5º do Regulamento)

A Senhora Vereadora Sara Grou congratulou-se pelo facto de ter sido tomada em consideração a proposta anteriormente apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, no sentido de condicionar a atribuição de cerca de metade dos lotes, a jovens casais. Disse esta Vereadora que verificados os preços de mercado dos lotes de terreno, considera que os preços base propostos para a venda de lotes municipais são equiparados aos preços comerciais e daí que apresente a proposta de redução do preço por metro quadrado. Acrescentou que esta proposta tem fundamento no facto de atualmente serem bastante elevados os preços da construção, para além das dificuldades na obtenção de empréstimos para a compra de terrenos. Disse ainda esta Vereadora que esta proposta vai no sentido de mitigar um pouco as dificuldades sentidas principalmente pelos jovens “que pretendem iniciar a sua vida.” -----

O Senhor Presidente disse discordar da proposta apresentada pela Senhora Vereadora Sara Grou, referindo a improbabilidade de se encontrarem à venda no mercado, lotes de terreno aos preços praticados pelo Município. Acrescentou que do conhecimento que tem desta matéria, sabe que os preços de mercado são cerca de três vezes superiores aos preços propostos pelo Município. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que os preços base fixados tiveram por base uma avaliação no



pressuposto de se tratar de lotes municipais e não com base nos preços de mercado. -----

O Senhor Presidente referiu que caberá à Câmara decidir, embora na sua opinião se devam manter os preços base referidos na proposta em apreciação. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva recordou que a proposta de venda de lotes de terreno para construção de habitação foi submetida à Câmara, pela primeira vez, há 15 dias, não tendo nessa ocasião sido apresentada qualquer sugestão de alteração de preços. Assim, disse não lhe parecer bem que se altere agora a proposta em apreciação. Acrescentou que de acordo com a sua sensibilidade, considera que os preços “são mais que razoáveis” quando comparados com os preços de mercado. -----

-Disse ainda o Senhor Presidente que a proposta apresentada, que considera justa e coerente, pretende ajudar a não inflacionar os preços dos terrenos, funcionando como travão à especulação. -----

Votada a proposta, foi a mesma aprovada com quatro votos favoráveis.-----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e quinze minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi

O Presidente,

Os Vereadores,